

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

MARIA DAS GRAÇAS ALCANTARA DA COSTA ROCHA

ASPECTOS DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA
DO PETRÓLEO DA BACIA DE CAMPOS; um olhar sobre os trabalhadores efetivos e
terceirizados.

RIO DE JANEIRO

2023

MARIA DAS GRAÇAS ALCANTARA DA COSTA ROCHA

ASPECTOS DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO DA BACIA DE CAMPOS; um olhar sobre os trabalhadores efetivos e terceirizados.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Marilane Oliveira Teixeira

Rio de Janeiro

2023

Ficha Catalográfica

ROCHA, M^a das Graças Alcantara da Costa
Aspectos da precarização das relações de trabalho na indústria do petróleo da Bacia de Campos; um olhar sobre os trabalhadores efetivos e terceirizados/ M^a das Graças Alcantara da Costa Rocha. Rio de Janeiro, RJ: FLACSO/FPA, 2023.

98 folhas

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Marilane Oliveira Teixeira

MARIA DAS GRAÇAS ALCANTARA DA COSTA ROCHA

ASPECTOS DA PRECARIZAÇÃO
DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO
DA BACIA DE CAMPOS; um olhar
sobre os trabalhadores efetivos e
terceirizados.

Dissertação apresentada ao
curso Maestría Estado, Gobierno y
Políticas Públicas, Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais,
Fundação Perseu Abramo, como
parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en
Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 24/03/2023

Profa. Dra. Marilane Oliveira Teixeira (orientadora)
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Luciana Gomes
CESTEH/ENSP/FIOCRUZ

Prof. Dr. Iderley Colombini Neto
IE/UFRJ

Prof. Dr. Marcelo Manzano (suplente)
FLACSO Brasil/ FPA – CESIT/IE-UNICAMP

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao ex-diretor do Setor Petróleo Privado do Sindipetro-NF, Companheiro Hélio Marques Guerra, querido “Guerrinha” que muito lutou por igualdade de direitos para os trabalhadores (as) terceirizados dessa indústria e

Dedico também aos demais trabalhadores e trabalhadoras dessa indústria do petróleo. Homens e Mulheres que dedicam grande tempo de suas vidas na exploração, produção e refino de uma das maiores riquezas minerais existente em solo brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Aos professores da Flacso e a Fundação Perseu Abramo pelo compromisso com a formação e que souberam diante do inesperado manter a qualidade e continuidade desse curso; Aos colegas do curso de mestrado que mesmo em modo virtual souberam acolher, repartir, refletir, criticar com respeito e dar risadas. Foi muito bom conhecer vocês!

À família Sindipetro-NF, diretores e colegas que cada um à sua maneira me ajudam no dia a dia do meu exercício profissional nesse espaço de trabalho;

Aos líderes do movimento sindical ferroviário que passaram por minha vida, Seu Dandão, (in memoriam), Jorge Paco Paco, Lauro Martins e Ertha Buys (in memoriam). Nem tenho palavras para expressar minha admiração e gratidão. Quantos ensinamentos!!

Às minhas amigas Assistentes Sociais, referências exemplares do exercício profissional pautado na ética e defesa da classe trabalhadora: Marinete Cordeiro, Fátima Candeco, Fátima Valentim a quem agradeço também pelo ponta pé inicial desse estudo, Léa Figueiredo, Luiza Vaccari, Renata Oliveira e Verônica Moura;

Às amigócias de tantas histórias, de vida e aprendizado, Helen Cristinne e Samantha;

Às amigas e amigos que a vida me presenteou Silma, Maria Helena, Tânia, Nadja, Fernanda, Raque, Giorgia, Glauber Barreto, Alex Martins, Cláudia, Tatiane, Tarcyana (in memoriam), Adelmo, Fabiano e Dani;

À minha psicanalista Silvia Helena Miranda Melo; ai de mim se não tivesse esse respaldo. Obrigada por me ajudar a lidar com as minhas inseguranças e a superar os desafios da vida;

Aos mestres da Fiocruz em especial à Professora Maria Blandina, ao Prof. Fadel e ao Prof. Augusto Pina por toda bagagem e aprendizado que tem me proporcionado ao longo dos anos;

À amiga Priscila Bastos Pazos, companheira de muitos estudos, muitas trocas e sempre na torcida;

Aos amigos professores da UFF de Rio das Ostras pelo constante aprendizado e agradecimento especial à Professora Paula Sirelli pela disponibilidade e trocas sempre presentes;

À José Luís Viana da Cruz, eterno professor, inspiração para estudar e entender as questões da região Norte Fluminense;

Aos Professores Marcelo Figueiredo e Denise Alvarez pelo vasto conhecimento a respeito da indústria do petróleo que muito me ajudaram a compreender a dimensão do trabalho dos petroleiros da Bacia de Campos;

Ao Professor Rafael Nogueira da Costa do NUPEM/UFRJ pelas palavras de incentivo;

À Cloviomar Cararine e Carlos Takashi do Dieese: pelas conversas sempre produtivas e dicas de leitura que foram de grande valia.

À Ursula Luísa, estagiária de Serviço Social pela ajuda na aplicação da pesquisa e disponibilidade em me orientar com programas virtuais e que muito me ajudaram no desenrolar desse estudo;

À Carolina Rosf, ex-estagiária que se tornou profissional exemplar e amiga. Obrigada pela ajuda na estruturação da pesquisa, pelas leituras e pelas sugestões que em muito me ajudaram na elaboração desse trabalho;

À Prof.^a Luciana Gomes pelas oportunidades de dividir conhecimentos, de valorizar minha prática profissional e disponibilidade para participar da minha banca examinadora;

Ao Prof. Iderley Colombini pela atenção e prontidão em aceitar participar de minha banca examinadora;

À minha orientadora, professora Marilane Oliveira Teixeira pela compreensão e serenidade durante todo o processo.

As ausências somente são possíveis pelo suporte que tenho, por isso agradeço a Selma e Isabel que me ajudam na organização da minha casa;

À minha família na pessoa dos meus irmãos Fátima e Tadeu por tudo ao longo da vida;

À Mariana Garcia, nora carinhosa, sempre meiga, muito obrigada pelo incentivo;

Aos meus pais (in memoriam): ao meu pai Noé Tavares que me ensinou a ter olhar crítico acerca das injustiças e me mostrou o lado solidário da categoria ferroviária. São ensinamentos que carrego para a vida toda. À minha mãe Regina, que se foi no decorrer desse processo e sempre me incentivou e apoiou a realizar meus sonhos e projetos. Amo vocês para sempre!

Aos meus filhos, amores incondicionais da minha vida: Felipe, que mesmo distante se faz presente e me ensina a todo momento. À Vitória (in memoriam), sorriso doce que se foi desse plano tão precocemente a certeza do meu amor eterno. Amo Vocês Pra Sempre!

Ao Magno Rocha meu agradecimento pela paciência, apoio, pelos toques no português pela presença constante. Você foi muito importante em todo esse processo.

Em verdade, somos
Objeto paisagem acessório
À engrenagem
Que nos mói a alma
E a molda
À sua imagem e semelhança.

Estamos presos!
Nossas bocas cobertas
Por gigantesca placa
De rotina.
Nossos olhos
Proibidos
De ver além do óbvio.

Nossos corpos presos num cubo de ferro Nossa
alma dando murro nas paredes.

Um feto de revolta
Nos incita ao grito.
Mas não gritamos.

Em verdade, somos
Objeto paisagem acessório, por
ora.

(Nei Lopes, Cubo de ferro, 2014)

RESUMO

Este projeto de dissertação parte das inquietações vivenciadas no exercício da profissão de assistente social do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, desde 1998, atuando no Departamento de Saúde, cujo foco central da intervenção profissional nesse espaço sócio-ocupacional são as condições de trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras da indústria do petróleo da Bacia de Campos. A proposta desse estudo visa compreender aspectos da precarização do trabalho, que se mostram presentes nas relações de trabalho com destaque às diferentes formas de vínculos empregatícios e seus significados no cotidiano da vida dos trabalhadores e trabalhadoras. A reflexão aqui apresentada resgata aspectos do processo histórico e da geopolítica que foram determinantes às mudanças econômicas e sociais para a produção industrial no Brasil buscando demonstrar como se expressam e caracterizam a terceirização e os seus impactos para esses (as) trabalhadores (as).

Palavras-chaves: Petroleiro. Precarização. Terceirização. Trabalho.

ABSTRACT

This article's proposal is based on the concerns experienced in the exercise of the occupation of a social worker in Rio de Janeiro State Petrobras' Workers Union. She has been working in the Department of Health since 1998, with the main focus on the working conditions of workers in the oil industry in the Campos Basin. The purpose of this study is to understand aspects of precarious work that are present in labor relations, highlighting the different forms of employment relationships and their meanings in the daily lives of male and female workers. The reflection presented here recovers aspects of the historical processes and geopolitics that were decisive for the economic and social changes in industrial production in Brazil, seeking to demonstrate how outsourcing is expressed and characterized, and its impacts on these workers.

Keywords: Oil Workers. Precariousness. Outsourcing. Working.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Evolução do número de trabalhadores do Sistema Petrobrás (próprios e terceirizados) 1995 a 2021.	41
Quadro 2 - Registro de Acidentes de Trabalho com Emissão de CAT's recebidos pelo Departamento de Saúde, Meio Ambiente e Segurança	54
Quadro 3 - Atendimentos	61
Quadro 4 - Vínculos de Trabalho	63
Quadro 5 - Tempo de Empresa.....	65
Quadro 6 - Registros de Homologações.....	65
Quadro 7 - Identificação/Idade.....	66
Quadro 8 - Raça e Etnia	67
Quadro 9 - Gênero	68
Quadro 10 – Estado Civil.....	71
Quadro 11 – Grau de Escolaridade.....	71
Quadro 12 - Filhos	73
Quadro 13 – Comparativo de Salários.....	75
Quadro 14 – Representação Sindical.....	76
Quadro 15 – Sindicalizados	76
Quadro 16 – Referente ao ACT e suas cláusulas	77
Quadro 17 - Outros Benefícios	78
Quadro 18 – Local de Moradia	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	-	Acordo Coletivo de Trabalho
BC	-	Bacia de Campos
BNDE	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDS	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAT	-	Comunicação de Acidente de Trabalho
CBA	-	Companhia Brasil Álcalis
CF	-	Constituição Federal
CFCE	-	Conselho Federal do Comércio Exterior
CHSF	-	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CLT	-	Consolidação das Leis Trabalhistas
CM	-	Código de Minas
CNA	-	Conselho Nacional do Aço
CNE	-	Conselho Nacional da Educação
CNP	-	Conselho Nacional do Petróleo
CSN	-	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	-	Companhia Vale do Rio Doce
DASP	-	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIEESE	-	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
FGTS	-	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
FUP	-	Federação Única dos Petroleiros
INSS	-	Instituto Nacional de Seguridade Social
ME	-	Ministério da Educação
MI	-	Ministério da Indústria
MS	-	Ministério da Saúde
MT	-	Ministério do Trabalho
NR	-	Normas Regulamentadoras
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
PETROBRAS	-	Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima
PEA	-	Programa de Estímulos à Aposentadoria
PIDV	-	Plano de Incentivo à Demissão Voluntária
PL	-	Projeto de Lei
PLS	-	Plano de Logística Sustentável
PND	-	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSS	-	Programas de Saúde e Segurança
PT	-	Partido dos Trabalhadores
SEPRT	-	Secretário Especial de Previdência e Trabalho
SINDIPETRO-NF	-	Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense
SINDIPETRO-RJ	-	Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
SINDITOB	-	Sindicato dos Trabalhadores Offshore do Brasil
SIT	-	Secretaria de Inspeção do Trabalho
SITRAMICO	-	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1 - A industrialização no Brasil – um recorte da história do petróleo e da Petrobras	20
1.1 O processo de construção e consolidação da industrialização brasileira	20
1.2 O petróleo no Brasil e a Petrobras – história, desafios e a Bacia de Campos	31
1.3 Mudanças, Privatizações e seu lugar no contexto industrial brasileiro	37
Capítulo 2 - As mudanças no mundo do trabalho a partir dos anos de 1990 e as especificidades da indústria do petróleo	4343
2.1- O processo de terceirização e as formas de precarização do trabalho e das relações de trabalho – um recorte da Bacia de Campos	43
2.2- O trabalho dos petroleiros em regime offshore	50
2.3- Trabalhadores efetivos e terceirizados – uma análise dos Acordos Coletivos de Trabalho – ACTs e representação sindical	56
Capítulo 3 - Relações de trabalho – reflexões acerca dos salários, benefícios, condições de moradia e acesso a políticas públicas	60
3.1- As diferenças postas aos trabalhadores (as) próprios(as) e terceirizados (as)	66
3.2- Benefícios e Vantagens – como pensam esses (as) trabalhadores (as)?	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE	96

INTRODUÇÃO

A indústria do petróleo é marcada por vários processos que a transformaram em um dos setores mais produtivos e lucrativos economicamente e de expressiva influência nas características das regiões que a cerca. A promulgação da Lei 5.811 na década de 1970 que regulamenta o regime de trabalho dos trabalhadores petroleiros e a quebra do monopólio da Petrobras nos anos 1990 alteraram de forma significativa o perfil dessa indústria no Brasil.

O processo de perfuração e extração do petróleo e o lucro produzido, mobiliza esse setor da cadeia industrial e coloca a Petrobras no centro de disputas e embates políticos. A descoberta de petróleo na Bacia de Campos foi um marco que trouxe para a região uma concentração de trabalhadores. No entanto, a crise política dos últimos anos aliado ao período pandêmico que o mundo vivenciou tem propiciado movimento inverso, onde a demissão e transferência de diversas empresas desse setor e de trabalhadores têm propiciado seu esvaziamento.

O trabalho que se pretende desenvolver é fruto da inquietação vivenciada no exercício da profissão de assistente social do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, desde 1998, atuando no Departamento de Saúde, cujo foco central da intervenção profissional nesse espaço sócio-ocupacional são as condições de trabalho dos trabalhadores (as) da indústria do petróleo da Bacia de Campos.

Os trabalhadores (as) atendidos por esse departamento são oriundos de diversas regiões do Brasil e, também, do exterior. Atuam em diversos setores da indústria do petróleo e em variados regimes de trabalho. Exercem suas funções em unidades marítimas ou nas bases de suas empresas. Uma característica importante desse modelo de trabalho é que muitas das atividades são desempenhadas em unidades marítimas com uma carga horária diferenciada que os colocam distantes de suas casas por vários dias.

A exploração e produção do petróleo ocorre em áreas marítimas, onde o trabalho de retirada do petróleo se dá nas plataformas ou navios sondas em alto mar. Ocorre também por via terrestre, em áreas operacionais onde se dá o refino, distribuição do material extraído e ficam localizados os setores administrativos.

O trabalho é confinado para quem atua em áreas marítimas e os trabalhadores (as) se revezam em turnos e ficam residentes nesse ambiente em escalas de 14x21 dias, os trabalhadores (as) próprios da Petrobras e 14x14 àqueles terceirizados (as) do setor petróleo privado. Importante registrar que os revezamentos em turnos, geralmente de 12x12 horas são

necessários em virtude da característica dessa indústria que é de processo contínuo não podendo ocorrer interrupções.

O trabalho em terra ocorre nas áreas administrativas e em terminais onde também há equipes que atuam em regime de turnos de revezamento. Também aqui se têm formas de contratação do trabalho diferenciados. Aos trabalhadores (as) próprios um regime de turno x folga estabelecido e referendado no ACT. Aos trabalhadores (as) terceirizados (as) escalas flexíveis e sem uma padronização o que dificulta o estabelecimento de uma rotina e organização pessoal.

Os espaços de trabalho são espaços onde a pressão pelo aumento da produtividade, a possibilidade de desemprego, intensificação do trabalho expressam a lógica presente no modelo capitalista flexível. São novas modalidades de contratação salarial, remuneração flexibilizadas, jornadas de trabalho desreguladas que caracterizam a precarização da força de trabalho (ALVES, 2013).

O modelo econômico no Brasil segue um ordenamento internacional com o fortalecimento de uma política voltada para o mercado financeiro especulativo e retirada de direitos trabalhistas. Trata-se da terceirização do trabalho em larga escala favorecendo a precarização do trabalho e das relações do trabalho.

Este período caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando um vasto movimento no emprego, no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 1993, p.140)

Esse formato de organização no trabalho propicia um recrudescimento das relações de trabalho, acentuando uma divisão e ausência de identidade e empatia entre os trabalhadores (as) primeirizados e/ou efetivos das empresas e àqueles (as) terceirizados (as). São trabalhadores (as) que atuam no mesmo ambiente de trabalho, estão expostos aos mesmos riscos, no entanto, com vínculos empregatícios diferenciados: salários rebaixados, ausência de qualificação e treinamentos eficazes, carga horária excessiva e exposição aos riscos com escassa proteção.

Em 2005 novas jazidas de petróleo no mar foram descobertas pela Petrobras, a chamada “camada do pré-sal”. Esse fato modificou de forma substancial toda a cadeia produtiva dessa indústria, permitindo que o Brasil passasse a ocupar um lugar estratégico na produção de petróleo no mundo. Um novo desenho da linha geográfica foi formado abarcando novos Estados

da Federação à condição de produtores de petróleo, ampliando assim o campo de extração de petróleo e de forma exacerbada a terceirização.

Esse processo não altera a lógica que se impõe: as relações de trabalho são marcadas pela precarização, pela desigualdade. Nesse cenário se têm formas de contratação diferenciadas: garantias trabalhistas e salariais diretamente relacionada à carga horária e produtividade propiciando insegurança e rotatividade para uns e regime de trabalho diferenciado, estabilidade e segurança para outros.

É diante desse emaranhado de relações que cada trabalhador busca sobreviver, construindo mecanismos que o impedem de perceber sofrimentos, laços de afetos e de compaixão (Seligmann, 2011). Se justifica por esse caminho a omissão e a negação de um coletivo.

Nas variadas formas de “assujeitamento” (Rosa, 1994) no qual os trabalhadores (as) encontram-se submetidos, onde estão presentes vínculos de trabalho diferenciados, os adoecimentos, sofrimentos e até a morte, chama atenção a ausência de uma visão mais coletiva, um elo mais expressivo que não permita essa apartheid presente entre os petroleiros. Por que o (a) trabalhador (a) primeirizado (a) /efetivo (a) considera o trabalhador (a) terceirizado (a) inferior? Por que não há uma identidade maior entre eles?

A forma como o trabalho encontra-se organizado nessa indústria facilita o surgimento de dois grupos distintos de trabalhadores (a). Se têm àqueles (as) próprios (as) da Petrobras; especializados (as), qualificados (as) profissionalmente e trabalhando em condições distintas de reconhecimento, retorno salarial e demais benefícios. E, àqueles (as) pertencentes às empresas terceirizadas, em sua maioria com qualificação profissional mais deficitária, vivenciando a rotatividade em seus vínculos empregatícios e atuando em condições rebaixadas de recompensa e reconhecimento profissional.

Uma das características do sucesso dessa indústria, como aponta Figueiredo (2011) está na interação entre o domínio técnico e humano. Coletivos de trabalho se formam e se estruturam a partir de regras que transcendem hierarquias, no firmamento de acordos de cooperação, proteção e divisão de saberes.

No entanto, esse espírito presente no processo de produção para o trabalho não se traduz na relação de pertencimento a uma mesma categoria profissional. São homens e mulheres que convivem uma rotina de trabalho pautada na confiança e troca de conhecimento, onde os mais qualificados e efetivos dessa indústria, aparentemente, não demonstram sensibilização com as discrepâncias presentes nessas relações de trabalho.

Apontando uma dimensão ética, Dejours (1997) ressalta que a confiança presente nessa relação não se dá por fatores psicológicos, mas, pelos valores e regras construídos por esses coletivos.

E a contradição está posta, pois o mesmo modelo de organização do trabalho que favorece a cooperação e sua eficiência, também proporciona o desmonte desses coletivos enquanto pertencentes a uma mesma categoria profissional.

Por um lado, há os trabalhadores e trabalhadoras próprios, primeirizados dessa indústria despossuídos de um sentido de pertencimento, indiferentes às formas de contratação de seus e suas colegas de trabalho das áreas mais subalternizadas.

E, por outro lado, para os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas dessa indústria, é possível que não haja um entendimento da precarização em que estão submetidos, pois, a inserção na indústria do petróleo - ou empresas que tem suas atividades alimentadoras desse setor petrolífero - promove o pertencimento desses empregados à categoria de trabalhadores ou trabalhadoras, mesmo que estejam eventualmente em condições adversas, minimizando, deste modo, a percepção dos impactos que o trabalho precário proporciona. Ademais, a iminência do desemprego no atual contexto, impulsiona a competição entre eles, distanciando uma compreensão mais crítica do seu lugar e papel no processo de reprodução do capital.

(...) o trabalho se tornou mais desregulamentado, mais informalizado, mais intensificado, gerando uma dissociabilidade destrutiva no espaço de trabalho que procura dilapidar todos os laços de solidariedade e de ação coletiva, individualizando as relações de trabalho em todos os espaços onde essa pragmática for possível. (ANTUNES, 2020, p.119)

Outra questão a se considerar é que quanto mais as políticas sociais públicas mostrarem-se insatisfatórias, mais os salários diretos representarão a alternativa que os trabalhadores (as) dispõem para atendimento de suas necessidades sociais básicas, potencializando a valorização da ocupação desses postos de trabalho, ainda que precários.

Torna-se evidente que as formas econômicas de desenvolvimento da região reproduzem formas de dominação e desigualdades. Esses (as) trabalhadores (as), que atuam diretamente neste complexo industrial, embora se diferenciem em vários aspectos, pois são sujeitos dotados de valores e visões de mundo, se afirmam na condição de subordinados ao capital.

Em resumo, a questão a ser respondida nesse presente estudo está em entender se o mesmo modelo de organização do trabalho que favorece a cooperação e eficiência do trabalho,

também propicia o desmonte desses coletivos impedindo que esses (as) trabalhadores (as) desenvolvam um sentido de pertencimento a uma mesma categoria profissional.

A indústria se altera por consequência de uma economia que está submetida ao capital financeiro. As empresas atuam de forma mais incisiva sobre os trabalhadores na busca pela obtenção de mais lucros. Aos trabalhadores (as) recai, em paralelo, a precarização das relações de trabalho, que se expressa pela pressão pelo aumento da produtividade, incertezas que propiciam medo pelo desemprego, intensificação da rotina e desregulamentação de jornadas de trabalho, diversificação nos contratos de trabalho que acabam flexibilizando e alterando garantias e direitos adquiridos.

Nesse contexto, a terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc. (ANTUNES, 2020, p.34)

Ferreira e Iguti (1996), em estudo sobre o trabalho dos petroleiros que atuam em uma refinaria e dois terminais marítimos do Estado de São Paulo, ressaltam a baixa remuneração, ausência de assistência à saúde, de treinamento e qualificação adequadas para o exercício de seus trabalhos, vínculos trabalhistas precários e vulneráveis, além do alto risco a que estão submetidos, pois trata-se de atividades complexas, perigosas, que são exercidas muitas vezes em unidades marítimas e em ambientes confinados.

Importante frisar que a intensificação do processo de terceirização na indústria do petróleo é acompanhada de uma redução significativa de trabalhadores (as) próprios (as), que aliado às mudanças organizacionais tornam vulneráveis todo o processo de trabalho. Além disso, percebe-se a elevação da exposição aos riscos à saúde e segurança dos trabalhadores.

Uma das questões que esse cenário impõe refere-se às dificuldades dos trabalhadores (as) de se contraporem a esse sistema. A legislação trabalhista vigente favorece a pulverização da representação sindical; são muitos os sindicatos que têm poder de representação dos trabalhadores mais precarizados dessa indústria, mas, em sua maioria, aliados ao patronato.

No Brasil, a terceirização instituiu nova dinâmica, degradando o trabalho, interferindo nas relações de cooperação e contribuindo para fragmentar a organização sindical (BIAVASCHI, TEIXEIRA, 2015).

Já os trabalhadores (as) primeirizados (as), em grande escala são efetivos da Petrobras, que possuem todo um amparo respaldado não só pela legislação trabalhista, como também, pelo Acordo Coletivo de Trabalho. Isso é possível devido a força do vínculo empregatício que favorece e eleva sua capacidade de luta e resistência ao poderio da empresa.

Diante do exposto buscaremos realizar análise da relação entre os trabalhadores (as) efetivos e terceirizados (as) da indústria do petróleo da Bacia de Campos, as formas e condições de reprodução de vida social por meio do trabalho, o distanciamento entre essas categorias e o assujeitamento às condições precarizadas de trabalho. Farão parte de nosso estudo, a partir de uma análise do processo histórico dessa indústria no Brasil, identificação do papel e das especificidades do trabalho dos petroleiros e petroleiras da Bacia de Campos; compreensão às mudanças no mundo do trabalho a partir dos anos 1990 com análise às condições de vida e trabalho dos trabalhadores (as) terceirizados (as) e primeirizados (as) e buscar também identificar possíveis vínculos de pertencimento e sentido de classe.

Para isso, desenvolveremos nosso estudo em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo tratará do processo de industrialização no Brasil buscando apresentar um breve recorte acerca da história do petróleo e o surgimento da Petrobras. Nesse contexto serão tratados aspectos da formação e consolidação da indústria brasileira, o surgimento do petróleo, o papel da Bacia de Campos, mudanças e as privatizações. O segundo capítulo abordará as mudanças no mundo do trabalho a partir dos anos 1990 apontando as especificidades da indústria do petróleo com destaque para o processo de terceirização, as formas de trabalho e relações de trabalho, os impactos da precarização no cotidiano dos trabalhadores ressaltando características dos trabalhadores terceirizados e efetivos. No terceiro capítulo serão tratadas as relações de trabalho e as diferenças postas aos trabalhadores próprios e terceirizados, benefícios e a repercussão dessas condições em suas moradias e acesso às políticas públicas.

A metodologia adotada será composta de pesquisa de campo qualitativa tendo como ferramenta uma entrevista semiestruturada com questões abertas e fechadas visando dar conta das indagações que norteiam esse estudo e identificar, a partir da realidade dos (as) trabalhadores (as), e do seu cotidiano, conexões com o ambiente de trabalho.

Cada questão aqui expressa visa dar amplitude aos problemas levantados e busca não só aprofundar, como também, ressaltar o olhar, o ponto de vista dos trabalhadores envolvidos.

Como já fora afirmado, as questões aqui postas advêm das inquietações vivenciadas pela autora em seu exercício profissional, como assistente social do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, lotada no Departamento de Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

Esse lugar da inserção profissional está voltado para as questões do campo da saúde, especificamente, no campo saúde do trabalhador, e traz também, rebatimentos advindos dos vários aspectos da vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras. É a partir desse olhar que buscamos contribuir para uma reflexão acerca da terceirização das atividades nessa indústria e à precarização do trabalho e as diferenças presentes nessas relações de trabalho.

Burawoy (2014) ressalta a importância da reflexão enquanto ponto de partida para qualquer estudo e o reconhecimento de nossa posição nos permite afirmar nossa relação com aqueles que estamos estudando.

Sabemos que em tempos de expressivas mudanças na organização do trabalho, impactos negativos recaem sobre todos os trabalhadores (as) indistintamente. Mas, o que nos chama atenção é que às pessoas terceirizados (as) esses impactos se dão de forma mais acentuada. A precarização se materializa em diversas dimensões da vida cotidiana desses homens e mulheres que atuam na indústria do petróleo e se expressam também, na negação ao acesso a uma série de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. É na busca por identificar essas questões que o presente estudo se orientou.

Conforme aponta Minayo, “o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar respostas para suas perguntas, ou, dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta”. (MINAYO, MINAYOGÓMEZ, 2003, p. 118).

A análise documental também comporá nossa proposta de estudo e “devido ao seu valor global os documentos desempenham um papel explícito em qualquer coleta de dados” (YIN, 2015, p. 111), por essa razão, a análise documental dos prontuários e demais documentos que fazem parte do acervo do Departamento de Saúde do Sindipetro-NF será um dos pontos importantes nesta etapa da pesquisa.

São registros dos atendimentos realizados pelo serviço social que contém dados pessoais e profissionais dos trabalhadores (as) atendidos naquele setor; levantamentos e estatísticas; estudos diversos sobre adoecimentos, óbitos, acidentes envolvendo trabalhadores (as) dessa referida indústria, relatórios de estudo de casos, análises de acidentes e de adoecimentos realizados pelo serviço social.

E Burawoy (2014) ao tratar da coexistência e interdependência dos modelos de ciência afirma:

Onde a ciência positiva propõe isolar o sujeito do objeto, a ciência reflexiva elege o diálogo como seu princípio definidor e a intersubjetividade entre participantes e observadores como sua premissa central. Isso une o que a ciência positiva separa: o participante e o observador, o conhecimento e o contexto social, a situação e sua posição no campo, a teoria popular e a acadêmica. Os princípios da ciência reflexiva podem ser extraídos dos efeitos de contexto que aparecem como obstáculos à ciência positiva. (BURAWOY, 2014, p. 62).

Faz-se importante ressaltar que, acima de tudo, se espera que o presente estudo ao trazer aspectos do processo de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras, do modo e ambiente da vida cotidiana favoreça maior compreensão acerca das relações sociais e seu significado, sem ter a pretensão que as questões aqui postas darão conta de toda realidade. No entanto, esperamos que elas possam ser um aditivo nas lutas para as transformações sociais necessárias.

Minayo e Minayo-Goméz citando Wright Mills destaca:

O papel do cientista social deveria ser evidenciar, para seus contemporâneos, a significação da dinâmica da sociedade em que vive e o sentido de sua participação específica. A utilidade da ciência estaria dada pela sua capacidade de transformar os grandes problemas sociais que o povo vive, em questões públicas a favor de mudanças sociais, tornando os cidadãos capazes de saírem de seus limites individuais para sentirem parte de uma história à qual sua biografia está estritamente vinculada. (MINAYO, MINAYO-GOMÉZ, 2003, p. 126).

Refletir sobre esses aspectos da terceirização e suas mazelas trazidas especialmente pela precarização e, não deixando de considerar que estamos diante de um fenômeno imposto pelo modelo capitalista vigente, voltado para a manutenção das margens de lucro onde as empresas do setor petróleo, em especial a Petrobras, integram esse complexo financeiro.

Capítulo 1 - A industrialização no Brasil – um recorte da história do petróleo e da Petrobras

A proposta deste capítulo visa resgatar, historicamente, parte do crescimento industrial no Brasil demonstrando o papel central que teve o setor agrícola exportador, a evolução do processo industrial e o petróleo, apontar os avanços da diversificação da produção de matérias primas e insumos básicos, além de aspectos referentes à substituição de importações.

Também serão abordados aspectos contraditórios do Estado, seu papel de financiador do desenvolvimento industrial, mas, também, sua dependência e forte relação com o setor privado e papel do empresariado que pouco se dispuseram em investir no setor industrial.

Períodos ditatoriais atravessaram e alteraram o curso da história do Brasil e, também, a forma como o Estado buscava se estruturar. Procuraremos abordar esses períodos, especialmente os anos 1930 até os anos 1960, demonstrando e ressaltando a relevância de alguns setores, dentre eles a indústria do petróleo, seu impacto ao longo dos anos no contexto industrial brasileiro, as grandes descobertas a partir dos anos de 1970 e a importância da Bacia de Campos e a sua influência nos rumos da economia.

O petróleo é a principal fonte de energia em todo o mundo. Ele é fundamental e base para a produção de vários materiais e equipamentos que são necessários à sociedade de um modo geral. Sendo assim, na medida que descobertas de expressivas jazidas de petróleo vão surgindo no Brasil, esse setor passa ocupar um lugar de destaque no processo de desenvolvimento industrial onde, também, questões impostas pela geopolítica o torna central no cenário político brasileiro.

Embora o nascimento da indústria do petróleo caracterize um novo momento no processo industrial brasileiro, por outro lado, também, não impediu que as influências do setor privado se mantivessem interferindo e se fazendo presente e, especialmente, determinando relações sociais pautadas na desigualdade. São aspectos desse processo que buscaremos abordar a seguir.

1.1 O processo de construção e consolidação da industrialização brasileira

A história do Brasil, da construção do desenvolvimento brasileiro e do Estado permitiu que diversos interesses de caráter privado marcassem presença e se afirmassem como características em toda nossa formação. As elites aqui desempenharam papel importante na

afirmação da desigualdade e exclusão de parte importante da população trabalhadora brasileira. (DRAIBE, 1985).

Chamamos atenção à expansão do capitalismo que se pauta pela imposição de dependência aos países periféricos. Para Polanyi (2000), trata-se do aprofundamento de relações comerciais onde a livre circulação de mercadorias devido a abertura comercial e financeira, o liberalismo e a lógica das “vantagens corporativas” vão transformando as nações subdesenvolvidas.

Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial esse fornecimento só podia ser organizado de uma forma: tornando-os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado – em outras palavras, como mercadorias. A ampliação do mecanismo mercado aos componentes da indústria – trabalho, terra e dinheiro – foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial. Esses elementos da indústria tinham que estar à venda (POLANYI, 2000, p.97).

Furno (2020) ao discorrer sobre as condições de desenvolvimento e industrialização da periferia capitalista destaca que:

... a industrialização brasileira esteve relativamente “obstaculizada” pela reunião desses fatores de ordem externa – uma avassaladora força de potência imperialista na partilha do mundo, equipadas com o desenvolvimento de poderio militar e hegemonia no plano da política – e de ordem interna, como a formação de uma elite nacional que não se constitui na assertiva da formação de um Estado Nação no sentido clássico, negligenciando a dimensão nacional e associando-se a um modelo de desenvolvimento baseado no dinamismo externo. (FURNO, 2020, p.40).

Estar situado na periferia de um sistema econômico implicará ao mercado interno uma série de questões, lacunas no que tange o mercado de trabalho e o consumo. E, como consequência, surge uma estrutura econômica pautada por um déficit de distribuição de riqueza e renda além da concentração de recursos financeiros e poder.

Essa questão é crucial para o Brasil porque além de encontrar-se situado geograficamente na periferia da economia internacional, aqui, dentro de uma concepção de capitalismo subdesenvolvido, se firma trazendo como herança da ordem colonial a propriedade privada latifundiária, o escravismo e o latifúndio monocultor (ALENCASTRO, 1987).

Embora o processo industrial tenha apresentado crescimento expressivo até os anos de 1970, o país carrega, enquanto uma de suas características para o mercado de trabalho, a precarização, a exclusão e desemprego.

... os aspectos econômicos não são os únicos a influenciar o desenvolvimento econômico. Fatores políticos e sociais são também importantes, como se sabe. No caso do Brasil, são particularmente importantes a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, com a conseqüente formação de um mercado de trabalho, e a oposição dos interesses agrícola-exportadores ao desenvolvimento industrial. (SUZIGAN, 2021, p. 29).

Esse processo de industrialização ocorre sem uma proteção social compatível e, também, sem uma regulamentação do trabalho que viesse atender a todos os trabalhadores. Ele se dá excluindo grande parte da população, especialmente os trabalhadores das áreas rurais e domésticas.

Essa distorção pautará todo processo histórico brasileiro; os direitos e garantias únicas e exclusivamente ligados à propriedade privada, distanciando a participação do conjunto que compõe a população brasileira (CHALHOUB, 1996).

A participação política das elites, cujos interesses estão voltados a atender os interesses estrangeiros, faz do Brasil celeiro de um capitalismo dependente, o abastecimento do mercado interno e recursos para melhoria de sua estrutura social serão os desafios postos, prementes.

Essas questões afirmam a importância do papel do Estado pois é ele, o elemento econômico e político fundamental, que irá impulsionar o desenvolvimento. E o café, o produto principal para o setor da economia do país. Ele é a primeira “commodities” que o Brasil produz em escala para abastecer o mercado internacional. Conforme aponta Furtado (2007), “a particularidade das primeiras indústrias brasileiras reside no fato de ter sido a própria atividade agroexportadora, em especial do café, a gestar as condições para o desenvolvimento”. (FURTADO, 2007 apud FURNO, 2020, p.41).

Tavares (1998) ao analisar as linhas gerais de desenvolvimento do ciclo de expansão industrial, iniciada nos anos 1950 até os anos de 1960, ressalta sua preponderância para a economia e renda Nacional, pois, em cada período do seu processo de produção, em suas fases urbanas, industrial, rural e financeira ela se reparte de acordo com os esquemas de distribuição capitalista. Em decorrência da sua dinâmica interna, seu desenvolvimento e repercussão à industrialização têm na submissão às exportações, características fundamentais e determinantes para o desenvolvimento.

As marcas do modelo escravocrata estão presentes na indústria cafeeira que necessita modificar-se para atendimento das demandas da exportação. Além disso é esse setor que irá impulsionar diversos setores da economia no processo de urbanização das cidades, nas aberturas de estradas e portos.

Essas características demonstram o grande diferencial da trajetória de desenvolvimento do processo de industrialização do Brasil. Se, na Europa, especialmente na Inglaterra, a indústria nasce como um contraponto das atividades agrárias, no Brasil, as atividades urbanas nascem a partir, de dentro das atividades agrárias, em especial da indústria cafeeira.

Em linhas gerais o que se tem é um setor industrial dependente do capital cafeeiro, até os anos de 1930, para se expandir e para criar seu próprio mercado.

Essa dependência ante o setor exportador, pelo lado da acumulação, é decisiva, pois, se bem **o modo de produção capitalista se torna dominante no Brasil, por força da própria expansão cafeeira**, não se geram, em simultâneo, **forças produtivas capitalistas capazes de reproduzir, endogenamente, o conjunto do sistema. Vale dizer, não se passa, ao mesmo tempo, ao modo especificamente capitalista de produção, ao chamado “capitalismo industrial”**. (TAVARES, 1998, p. 127).

Caio Prado Jr. (2011), chama atenção para esse viés colonial que caracteriza nossa formação. Para ele,

na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a consideração que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (PRADO JR. 2011, p 30).

A economia agrícola-exportadora juntamente com a expansão dos investimentos apresentou altas taxas de crescimento durante os anos de 1919 a 1929. Durante toda essa década foi mantida e elevada a nossa capacidade de importação (SUZIGAN, 2021).

Pochmann (2016) ressalta o êxito da atividade exportadora do café, nesse período, que através da introdução de novas tecnologias vai propiciar uma melhoria de sua qualidade e viabilizar a criação de um sistema ferroviário que facilitará o deslocamento e redução dos custos à sua produção.

A passagem de uma economia primária exportadora para uma economia industrial tem na crise de 1929 marco importante, vai demonstrar a inviabilidade de um sistema e a necessidade de se desenvolver novos processos e a industrialização como o caminho natural a seguir. Este fato vai provocar rupturas com a oligarquia detentora da exportação do café, produto mais importante, mas, também, possibilitar a busca por novas estratégias de inserção no campo econômico (CANO, 2017).

O setor industrial que surge com o prolongamento e diversificação do setor cafeeiro, somente se expande após a superação da crise de 1929, “quando, tanto a acumulação industrial urbana quanto a renda fiscal do governo se desvinculam da acumulação cafeeira, e daí em diante

submetem-na aos destinos e interesses do desenvolvimento urbano-industrial”. (TAVARES, 1998, p. 128).

O crescimento e expansão do processo industrial se dá a partir das consequências dessa crise. Não se trata de um desdobramento da nossa vocação agrária, mas, das determinações da economia internacional que inviabilizam as nossas exportações, colocando o mercado interno em risco.

A economia exportadora cafeeira constitui a primeira fase do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. A acumulação cafeeira se faz sob o signo do capital mercantil e, no seu movimento contraditório, impulsiona o surgimento da grande indústria, mais ainda, o de um núcleo embrionário produtor de meios de produção. Esses elementos significarão a negação do padrão mercantil exportador de acumulação e se constituirão em bases para que a transição capitalista avance a uma nova etapa, agora sob o signo do capital industrial. (AURELIANO, 1999: p. 13).

O capitalismo aqui expresso impôs exigências, advindas das transformações do processo de inovação de alguns setores industriais, tendo como consequência a monopolização de determinados mercados. Para Aureliano, “o Brasil vivencia a superação do capitalismo competitivo e o inaugurar de uma nova etapa, o de capitalismo monopolista” (1999: p.31), embora para Mello (1977), esse fato se efetue e se consolide mais tarde, somente no final do período de formação e solidificação da indústria nacional.

E Tavares (1998) também compactua com essa linha de pensamento ao afirmar que

tanto na chamada etapa “primário-exportadora”, quanto nos sucessivos ciclos de industrialização, o capital estrangeiro **novo** só entrou depois que o ciclo de expansão já se encontrava em curso (TAVARES, 1998: 142).

Seu caráter interventor, avança e se dissemina aprofundando em seus espaços diferentes interesses sociais, e a partir da década de 1930, se fortalece, embora de forma “restringida” e subordinada à economia mundial capitalista. (MELLO, 1982, apud FURNO, 2020: 48).

Nesse período de industrialização, pela primeira vez na história da economia brasileira, combinam-se dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. (TAVARES, 1998: p.131).

O Estado é fundamental nesse processo. Ele é o ator principal e quem irá se impor para o desenvolvimento e crescimento de nosso setor industrial, especialmente na substituição das

importações, embora, não se possa afirmar que houve nesse período, total ausência de capital estrangeiro. Conforme pontua Suzigan (2021) “em praticamente todas as indústrias que se desenvolveram nesse período havia alguma participação de capital estrangeiro, que em alguns casos era muito significativa” (2021, p. 242).

O desenvolvimento da produção industrial vai se ampliando, determinando o surgimento de novos investimentos em especial na indústria de transformação, entre elas: cimento, metalmeccânica, ferro e aço, papel e celulose, produtos químicos, farmacêuticos e de perfumaria, produtos da borracha, óleo de caroço de algodão, têxteis (SUZIGAN, 2021).

O Estado vai se ocupar de desbravar frentes de atuação que não são absorvidas pelos setores econômicos privados. O Brasil não possui um mercado nacional integrado e esse fator mostra-se incompatível às exigências e necessidades desse novo processo de desenvolvimento, sendo um limitador para o surgimento de grandes empresas.

O desenvolvimento da indústria de ferro e aço é um exemplo, nesse contexto, apesar do seu surgimento ainda no início do século XX e acompanhada de medidas econômicas voltadas para seu estímulo e ampliação, ainda se mostra ausente da presença de uma siderurgia mais pesada que mostrasse interesse para investimento neste setor. Para Aureliano (1999), fica patente “a incapacidade do empresariado nacional de enfrentar os problemas de mobilização e concentração de capitais exigido pela siderurgia de maior porte, mesmo quando contasse com o apoio nada desprezível do Estado” (1999, p. 53).

A nossa modernização elege o Estado como seu grande avalista diante de uma oligarquia atrasada. O setor de infraestrutura e insumos básicos compõem um complexo produtivo industrial público, que não foram incorporados pela lógica privada do capital e será o responsável mais adiante por atuar em setores estratégicos do país. Trata-se da Cia Vale do Rio Doce, Companhia Brasileira Álcalis, Petrobrás, a CSN – Cia Siderúrgica Nacional e setores da área de transporte e energia.

Como essas indústrias vão requerer elevado desenvolvimento tecnológico, o empresariado não aceita desbravar esses novos horizontes. Diante disso, caberá ao Estado a tarefa de organizar um sistema público, estatal, de empresas que levem adiante todo esse processo.

Por outro lado, como trata-se de setores que exigirão muitos recursos, o Estado vai precisar criar um sistema público de financiamento e que possa dar conta de atender esse segmento da área industrial.

Nunca os setores das classes dominantes ou da pequena burguesia rural e urbana serviram de base ou se submeteram de bom grado ao aumento da carga tributária interna. Desse modo, sem um avanço decisivo da acumulação industrial, que permitisse a formação de um amplo proletariado urbano, de um “terciário funcional” com base no trabalho assalariado e de uma crescente burocracia de pequenos funcionários, não existiam condições objetivas que permitissem ao governo central criar uma base fiscal urbana suficiente, e libertar-se de sua dependência financeira do comércio exterior (AURELIANO, 1999, p. 59)

Para Furtado (1962), o desenvolvimento e o processo de industrialização brasileira só foram possíveis a partir da ação do Estado.

Furno (2020), corrobora com esse pensamento ao reafirmar que assim como todas as experiências de desenvolvimento dos países de industrialização retardatária no século XIX, o desenvolvimento da industrialização na periferia não pôde prescindir de forte protagonismo estatal (2020, p. 90).

A crise de 1929, conforme já mencionado, marca uma ruptura importante na história do Brasil pois aponta a necessidade de mudanças na política econômica propiciando grande desarticulação do pacto da elite oligárquica aqui existente.

Ao buscar outras estratégias de inserção econômica a figura de Getúlio Vargas mostra-se a mais alinhada à concepção de um Estado soberano que deve se colocar acima de interesses particulares e que procura dar um sentido mais virtuoso ao papel da sociedade.

Para Draibe (1985) ao descrever acerca dos rumos à industrialização e à nova forma do Estado Brasileiro sinaliza:

Na materialidade de sua ossatura, o Estado brasileiro avança seu processo de constituição de Estado Nacional e capitalista. Mas o faz sob essa forma específica, inscrevendo nos seus aparelhos os diferentes interesses sociais que, assim, sofrem um processo de generalização e abstração, metamorfoseando-se, agora, em “interesses nacionais” e constituindo-se na substância das políticas do Estado. Desse modo, o caráter capitalista desse Estado em formação é impresso na sua própria estrutura, na medida em que a nova máquina burocrático-administrativa que emerge a partir de 1930 condensa e exprime, nos seus aspectos propriamente materiais, as relações e contradições básicas da sociedade. (DRAIBE, 1985: 76)

Essa estrutura é responsável pelo surgimento do empresariado nacional e da classe trabalhadora.

Constituiu-se, assim, um enorme sistema produtivo estatal, que, a rigor, criou um verdadeiro empresariado nacional e estruturou a classe trabalhadora em termos de uma projeção nas correntes do desenvolvimento moderno. Produziu-se aqui uma forma peculiar e eficiente de simbiose entre o Estado e o Mercado, entre as empresas estatais, as empresas estrangeiras integradas ao projeto de desenvolvimento e as empresas privadas nacionais, em larga medida, constituídas a partir das fronteiras de expansão abertas pela ação estatal em várias dimensões, financeiras, produtivas e comerciais. (GIMENEZ, SABBATINI, 2020:12)

Embora sob a égide de um regime autoritário, pois ao romper com as elites Vargas o faz de forma autoritária, várias ações vão caminhar no sentido de atender diversos segmentos da sociedade e contribuir para o avanço das forças produtivas, como a criação de ministérios (1930 – do Trabalho, Educação, Saúde e da Indústria) e outros organismos (1937 – Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional do Aço, Conselho Nacional de Educação).

Envolvendo ou não formas de representação privada ou corporativa de interesses, e independentemente de sua natureza mais ou menos autônoma (autarquias versus organismos da administração direta), esse conjunto de entidades inscreve e corporifica, dentro da estrutura estatal, a própria regulação da acumulação capitalista, nos seus respectivos setores de atuação. (DRAIBE, 1985, p. 80).

Importante destacar que esses avanços, nessa etapa do processo de industrialização, não expressam autonomia do capital nacional em relação ao capital estrangeiro. Expressam na verdade, a grande dificuldade que o país possui de articular recursos advindos do capital internacional à acumulação.

Tavares (1998) ao discorrer acerca da implantação das indústrias de base, a partir da intervenção do Estado destaca que ela se deu por razões econômicas e militares, na perspectiva de afirmação de um “Estado Nacional como potência”, e o petróleo e o aço faziam parte das metas de defesa nacional do Estado Novo (1998, p. 140).

Importante destacar que na trajetória de industrialização entre os anos de 1930 e 1980 foram três momentos marcantes à estruturação do Estado e do setor produtivo que são: As reformas do Estado Novo no governo Vargas, o Plano de Metas do período de Juscelino Kubistchek e a reforma administrativa do governo militar. (GIMENEZ, SABBATINI, 2020).

Para Mello (1977) esse papel que o Estado assume lhe impõe uma questão estrutural, conflitiva, pois, necessita apoiar o setor produtivo estatal em detrimento as grandes empresas internacionais, ao mesmo tempo que precisa regular o capital nacional frente à monopolização.

A grande questão posta ao Estado está na incapacidade desses conflitos se extinguirem diante de interesses tão adversos determinados por cada segmento das empresas.

Nesse contexto, a indústria do petróleo será o centro de uma série de conflitos no campo político, especialmente, em decorrência de seu papel estratégico no processo de desenvolvimento da indústria nacional. Conforme Furno (2020) afirma:

A edificação de uma empresa estatal de petróleo- a Petrobrás – não ocorreu sem conflitos, que circunscreviam a defesa da centralidade do controle estatal dos recursos energéticos e o avanço da industrialização, de um lado, e a continuidade de uma economia dependente e primário exportadora, que advoga a necessidade de condução da atividade petrolífera pelo capital privado, notadamente o estrangeiro, de outro. (2020, p.93).

O projeto de desenvolvimento capitalista posto pelo Estado contemplava avanço do processo de industrialização, como também, certa autonomia nacional. No entanto, esse Estado também expressava seus limites em decorrência de sua própria “substância social”. (DRAIBE, 1998).

Vários mecanismos foram criados ainda na década de 1930 que deram forma, organicidade a essa nova estrutura do Estado brasileiro e dois foram fundamentais para o processo de industrialização; o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) e o CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior) esse último, responsável pelo desmembramento dos setores de siderurgia e mineração, propondo e ajudando a criar a Companhia Vale do Rio Doce em Minas Gerais e a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda no Rio de Janeiro, mais adiante, também propõe a criação de um aparato para o setor de energia, sendo o Conselho Nacional do Petróleo instrumento decisivo para a futura criação da Petrobrás. (GIMENEZ, SABBATINI, 2020).

O processo de industrialização é fortalecido e avanços institucionais ocorrem ao longo dos anos 1950; o BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico que irá propiciar o financiamento de empréstimos de longo prazo, o reajuste do salário-mínimo em 100% são políticas do Estado, ainda na era Vargas, em seu segundo mandato, voltados aos interesses da classe trabalhadora. Esses feitos irão propiciar uma série de conflitos e indisposições com os setores conservadores, as antigas elites e culminarão com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954.

Após a sua morte, mesmo os setores mais conservadores que não nutriam simpatia a figura de Getúlio Vargas se uniram e passaram a defender esse projeto de desenvolvimento econômico.

Grandes desafios estão colocados diante de um país que busca nova identidade e se depara com os interesses internacionais que não viam de forma satisfatória essa intervenção e protecionismo à indústria brasileira.

Apesar do setor exportador ainda se manter em crise, preservando os níveis de renda e da política de defesa do café, a industrialização se acelerou, especialmente entre os anos 1930 aos anos de 1950 trazendo para o cenário nacional, além de setores industriais tradicionais (têxteis, alimentos etc.), também, setores complexos, como a indústria petroquímica e seus derivados. (SUZIGAN, 2021).

Se tivemos de 1930 até 1955 um processo de industrialização restringida, apesar dos avanços, em decorrência do dinamismo dessa economia ainda ser oriundo do setor cafeeiro, da

exportação do café, no período seguinte, esse dinamismo volta-se à indústria, a chamada industrialização pesada. (SUZIGAN, 2021).

Importante destacar que esse processo industrial em grande escala que vai ocorrer, ou seja, a instalação de indústrias pesadas, advém de uma reorientação do capitalismo e da própria característica de expansão do mercado interno brasileiro vivenciado pelo país em período anterior. (TAVARES, 1998).

Há um grande salto, transformação na base de produção que irá trazer novas demandas e impor ao país a necessidade de se modernizar e realizar uma série de reformas de ordem estruturais.

A eleição de Juscelino Kubistchek ocorre com o apoio dos getulistas e sua meta para o desenvolvimento centrava na priorização de incentivos às empresas transnacionais. Ele irá trazer parte desses vetores do capitalismo transnacional oferecendo a força do Estado Nacional como agente regulador da economia brasileira, garantindo assim, importante reserva de mercado. As empresas estatais forneceriam insumos a preços baixos assegurando importante margem de lucro.

Os “incentivos” concedidos ao setor industrial foram inegavelmente decisivos para que a indústria confirmasse seu papel dinâmico e de líder, conformando um processo não só de crescimento industrial, mas de efetiva mudança da estrutura produtiva, com o setor leve de bens de produção assumindo o comando da acumulação capitalista no Brasil. As políticas de proteção tarifária, rebaixando tarifas sobre bens e equipamentos industriais e protegendo os “simulares” nacionais da competição externa; a distribuição das divisas monopolizadas pelo Estado segundo critérios de essencialidade que consideravam tanto as necessidades estatais quanto as relativas à importação de equipamentos e combustíveis; as novas políticas de créditos, adotadas sobretudo após a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI); a abolição de impostos interestaduais; enfim, esse conjunto de medidas pesaram decisivamente na definição do novo padrão de acumulação que aí se forjou. (DRAIBE, 1998: 88)

Esse processo que coloca o Estado como protagonista do desenvolvimento econômico nacional só foi possível em função do sucesso do sistema produtivo criado em períodos anteriores, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHSF, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE e da Petróleo Brasileiro S/A -Petrobras. (GIMENEZ e SABBATINI, 2020).

O Plano de Metas possibilitou um salto, uma importante transformação na base produtiva, mas propiciou também o surgimento de novas demandas a esse Estado lhe impondo desafios que exigiam reformas de ordem estrutural.

O período que se seguiu foi marcado por ações que visaram ampliar e centralizar o que dizia respeito às decisões e descentralizar o que se referia às questões operacionais, além, do fortalecimento de setores responsáveis por pesquisa e planejamento das ações do Estado. Têm-se uma importante expansão do setor estatal no período de 1960 a 1976 quando foram criadas 109 empresas federais e 235 empresas estaduais, num claro movimento voltado às atividades empresariais brasileiras, ao fortalecimento das ações do setor privado (GIMENEZ e SABBATINI, 2020).

Mesmo diante de obstáculos causados pelo poder exercido pelo Estado, Gimenez e Sabbatini (2020) destacam:

A dinâmica econômica dos setores privilegiados pelo II PND, tais como energia hidrelétrica, energia atômica, indústria petroquímica, metalurgia dos não ferrosos (em especial alumínio), produção de etanol, exploração e refino de petróleo, transporte marítimo etc., pressupõe elevadas economias de escala ao nível da planta e estrita coordenação de investimentos de grandes blocos de capital, tanto privados nacionais, como estrangeiros. E esta coordenação é feita, por exemplo, por grandes empresas estatais, como Itaipu Binacional e Petrobrás, mas cujos efeitos da expansão se estendem uma miríade de empresas privadas de vários setores, portes e origem de capital. (2020, p. 18).

Em resumo, “o sistema produtivo estatal estimulou sobremaneira o setor produtivo privado e contribuiu decisivamente para o êxito do processo de industrialização e modernização da economia brasileira. (GIMENEZ, SABBATINI, 2020:19).

Mas, esse processo vai perdendo fôlego, pois, ao mesmo tempo que produziu desenvolvimento industrial, também foi responsável pelo endividamento do Estado e, diante da crise mundial que ocorre e se acentua no final da década de 1970, o país passa vivenciar forte restrição e fechamento de créditos.

Marcado pela forte repressão advinda desse período regido pelos militares, há um entendimento da necessidade de se dar continuidade ao processo de expansão econômica industrial, caso contrário não se manteriam no poder. E, a adoção de medidas voltadas para o fortalecimento das importações é a estratégia encontrada por esses governantes.

O Brasil, seguindo um ordenamento estimulado pelos bancos americanos e europeus, e, seguindo também, comportamento adotado por vários países da América Latina contrai uma série de empréstimos caracterizados pela elevada taxa de juros. Mas, ao final da década de 1970, diante da nova crise econômica propiciada pelo aumento exacerbado dessas taxas de juros, o país vai perder o rumo e sofrer as consequências desse endividamento.

A crise econômica dos anos 70 abriu precedentes, históricos e materiais objetivos para a experimentação de uma forma de coordenação política, de uma nova concepção do papel dos Estados nacionais e de um novo padrão de acumulação do capital, centrado na hegemonia das finanças e na exacerbação dos fluxos comerciais. (FURNO, 2020, p. 117).

Diante disso, ganha força a visão de desestatização e avanços significativos na direção das privatizações dominam o pensamento governamental nos anos 1980. Há uma total desconstrução do ideário de um projeto nacional. O pensamento liberal vai se expressar por meio de importantes programas de privatização.

Em condições históricas distintas, internas e externas, nas quatro décadas seguintes à “crise da dívida” e na chamada era da globalização, o Brasil interrompeu seu processo de desenvolvimento. Assistiu-se um processo de regressão da estrutura produtiva brasileira em relação à estrutura produtiva mundial em meio à relativa estagnação econômica e social. (GIMENEZ, SABBATINI, 2020:20).

A década de 1990 é marcada por esse novo realinhamento do capitalismo cuja financeirização dos recursos advindos dos setores produtivos irão imprimir nova característica ao processo de acumulação.

Para que essa nova fase do capitalismo tivesse êxito,

os países centrais impuseram aos devedores o conjunto das políticas neoliberais, que foram transplantadas à periferia a partir de constrangimentos a uma série de transformações de ordem institucional, comercial e financeira, resultando tanto em uma drástica redução do papel do Estado, quanto nas privatizações e na abertura comercial (CANO, 2012 apud FURNO, 2020, p. 130).

Esse processo favorece a especulação e o ganho por parte das empresas com as aplicações no mercado financeiro inibindo investimentos no processo produtivo. Esse cenário se mostrará determinante a uma saída neoliberal; solução que não passa pela produção e nem por uma política de desenvolvimento, mas, sim, pelo mercado financeiro.

1.2 O petróleo no Brasil e a Petrobras – história, desafios e a Bacia de Campos

A história do petróleo no Brasil tem início ainda no século XVIII, quando fora concedido aos ingleses o direito de prospecção e lavra no interior do estado da Bahia. No final desse século e início do século XIX outras tentativas ocorreram, dessa vez nos estados de São

Paulo e, também, no Paraná, porém, sem sucesso. (ALMANAQUE MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA PETROBRAS, 2003).

Figueiredo (2011) afirma que a expansão do capitalismo em escala global propiciou o crescimento da produção industrial e, conseqüentemente, faz do petróleo um produto indispensável nesse processo. Ele é a maior fonte de energia no mundo, responsável pelo abastecimento dos grandes centros industriais, mas, também, pelos maiores conflitos e desafios postos aos países que possuem reservas e àqueles países dependentes dessas reservas.

Possui importância ímpar para a sociedade contemporânea. É uma das maiores fontes de energia e, desde o final do século XIX, vem substituindo o carvão, especialmente, em função dos derivados que produz e que geram matéria prima, movendo vasta cadeia do processo industrial. Por isso, essa especificidade o torna um dos recursos da natureza mais estratégico da economia mundial.

No século XX, nos anos 1930, se têm início um novo debate acerca da existência de petróleo em território brasileiro e a questão da soberania nacional, liderado por Monteiro Lobato. Ainda nesse período é criado pelo Presidente Getúlio Vargas, o Conselho Nacional do Petróleo – CNP, cuja finalidade era de analisar os pedidos de prospecção, pesquisa e lavras de jazidas em território nacional.

No final da década de 1930, finalmente, é encontrado petróleo no interior da Bahia, no município de Lobato. Mesmo esse produto não sendo considerado de qualidade, esse feito marca o processo de pesquisa naquela região do recôncavo baiano e culmina com a fundação em Candeias, do primeiro poço de petróleo no Brasil.

Para Furno (2020), as restrições à importação, as perspectivas de avanços da industrialização associado ao papel e interferência das grandes potências nos países produtores de petróleo contribuíram para uma visão negativa, ameaçadora à presença de empresas petrolíferas internacionais na exploração de petróleo em território nacional.

Períodos conturbados deixaram fortes marcas na história e a 2ª Guerra Mundial é uma delas, a recessão que a acompanhou durante e após esse período e foram responsáveis e determinaram importantes medidas para a economia. A busca por meio de financiamento externo que visasse criar e fortalecer empresas estatais, especialmente na área de energia foi também um dos caminhos que o Brasil buscou seguir.

Para Tavares (1998) os períodos de crise são reveladores das contradições postas pelo capitalismo que se expressam na oportunidade de novos investimentos ou na disputa entre capital nacional e estrangeiro.

Nos finais dos anos 1940 e nos anos de 1950 cresce não só a “tese” de existência expressiva de petróleo no Brasil, como também, a necessidade da criação de leis que colocassem o Estado no controle dessa produção. Forte debate ocorre na sociedade e no parlamento nas décadas seguintes onde a questão posta era “a defesa do regime do monopólio estatal ou a tese favorável à participação da iniciativa privada”. (ALMANAQUE MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA PETROBRAS, 2003, p. 13).

No final dos anos 1930 é incorporada à Constituição Federal um decreto lei que afirma a importância do petróleo e o abastecimento nacional como uma questão de utilidade pública.

Importante destacar que, Getúlio Vargas, nesse período, avança e desenvolve importantes marcos como a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e a implantação do salário-mínimo na década de 1940 e, por conta de sua relação com os Estados Unidos obtém também importantes apoios para o desenvolvimento de nossa estrutura econômica até 1945 quando é deposto. Retorna em 1950 e consegue avançar em vários projetos.

O estabelecimento de limites territoriais relacionados aos recursos naturais vai reafirmar o papel intervencionista do Estado e determinar embates com setores conservadores, financiadores externos de parte da economia. Um exemplo é o Código de Minas, de 1934 que estabelece

a distinção de propriedade do solo e das riquezas do subsolo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Propriedade da União, a exploração do subsolo passou a depender de autorização ou concessão a ser dada exclusivamente a brasileiros ou sociedades organizadas no Brasil. [...] Isso não definia apenas um quadro legal de legitimação do intervencionismo estatal; abria espaço para que ele avançasse para formas ainda mais profundas: a propriedade da União sobre recursos estratégicos passíveis de exploração industrial foi o ponto de partida para a presença do Estado empresário nessas áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico. (DRAIBE, 1985, p. 84)

O debate entre técnicos nacionais que apontavam a necessidade de o Brasil realizar investimentos na busca pelo petróleo e empresas internacionais que temiam uma superprodução diante da incapacidade de controle sob o mercado consumidor de derivados induzem ao surgimento de diversas medidas protetivas que em linhas gerais reafirmava o papel do Estado como o detentor dos recursos existentes no subsolo brasileiro. (MARINHO JR, 1989 apud FURNO, 2020).

Monteiro Lobato, em 1931, lidera o debate cerca da existência de petróleo no Brasil e isso irá impor ao governo investimentos para a pesquisa.

O debate de caráter nacionalista toma corpo, cresce no país e dá fôlego às legislações que são criadas que vão reafirmar a soberania nacional.

É nesse campo de disputas que vai ocorrer a campanha “O Petróleo é Nosso”, ainda que nessa época nem houvesse, de fato, conhecimento de jazidas petrolíferas em quantidades suficientes para as necessidades mais primárias nacionais. Essa campanha expressava o desejo de afirmação dos interesses e da soberania nacional frente às investidas estrangeiras pelo controle da nossa capacidade de refino de combustível. (FURNO, 2020, p. 99).

A criação de uma indústria da área do petróleo estava associada a uma perspectiva de integração com todo processo de industrialização.

Em suma, neste momento já se plantava a semente do caráter da edificação de uma empresa estatal de Petróleo, que não apenas teria a missão de fornecer um produto de necessidade básica, senão que, seria possível avançar no esforço de industrialização e desenvolvimento nacional. (FURNO, 2020: 101).

Em 1938, Getúlio Vargas cria o Conselho Nacional do Petróleo que tinha entre outras atribuições analisar pedidos de pesquisas e lavras de jazidas de petróleo em território nacional. E, em 1939 sob a liderança de Oscar Cordeiro e Manoel Inácio Bastos é encontrado petróleo em Lobato na Bahia. Mesmo ainda não sendo um produto que atendesse as necessidades para consumo, esse feito propiciou que o Conselho Nacional do Petróleo autorizasse novas pesquisas naquela região. E, logo adiante, em 1941, em Candeias também na Bahia entra em operação o primeiro poço de petróleo no Brasil. (ROCHA, 2016).

Na década de 1950 e diante de forte apelo popular Getúlio Vargas cria por intermédio do Projeto de Lei 2004 a Petrobras, a definindo como Monopólio da União, sociedade por ações de economia mista e com controle acionário do governo federal que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências. (LEI Nº 2.004, DE 3 DE OUTUBRO DE 1953).

Chama atenção esse período o forte apelo nacionalista que dominava todos os segmentos do país e sua repercussão na economia, que sofria grande intervenção estatal, especialmente em torno da produção industrial.

Conforme aponta Tavares (1998), fatores de ordem interna do sistema capitalista associado ao interesse político corroboraram para um olhar voltado para um desenvolvimento baseado na industrialização.

Criar a Petrobras foi dar um salto imenso no que tange à criação das condições materiais para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao setor petróleo no Brasil. (FURNO, 2020:104).

Leite (2011) afirma que, ao criar a Petrobras e proclamá-la enquanto “monopólio da União” foi-lhe facultada uma série de benefícios, como isenção de impostos para aquisição de maquinários e diversos equipamentos e, também, uma variedade de produtos que permitiram e favoreceram sua expansão.

Mesmo sofrendo pressão e dúvidas quanto à capacidade produtiva de produzir petróleo no Brasil, a Petrobras investiu e intensificou suas atividades exploratórias e buscou também capacitar e especializar seu corpo técnico. (LEITE, 2011)

Ainda nos anos 1950 a Petrobras investe na exploração de petróleo no mar e no final dos anos 1960 concretiza essa busca com a descoberta da primeira jazida comercial em área marítima, no Estado de Sergipe, no município de Guaricema. Esse episódio é determinante para que a Petrobras se volte, de forma acentuada, para a pesquisa e a prospecção em área marinha, firmando contratos com empresas estrangeiras para levantamentos sísmográficos e perfuração no mar. (FIGUEIREDO, 2011).

Os anos 1970 na Petrobras são marcados por importantes investimentos em seu quadro profissional e na intensificação da exploração de petróleo no mar favorecido pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento. Se têm nesse cenário os *contratos de risco*¹, alternativa encontrada pelo governo brasileiro diante da crise do petróleo de 1973.

Nos 14 anos de vigência dos contratos de risco (1975-1988), foram celebrados 243 acordos com as 35 maiores e mais experientes empresas estrangeiras, que tiveram à disposição mais de 80% das bacias sedimentares brasileiras. No período 1977-1989, elas investiram US\$ 1,1 bilhão, dos quais apenas US\$ 350 milhões no Brasil. O saldo destinou-se ao pagamento de equipamentos e mão-de-obra no exterior. No mesmo período, a Petrobras aplicou US\$ 26 bilhões, ou seja, quase 80 vezes mais! As multinacionais perfuraram apenas 205 poços, contra 9.770 concluídos pela Petrobrás. Afora uma pequena ocorrência de gás na Bacia de Santos, de economicidade duvidosa, identificada pela Pecten, as companhias estrangeiras não descobriram nada. No mesmo período, a Petrobrás mais que quadruplicou a produção brasileira de óleo e gás equivalente, elevando-a de 169 mil barris em 1975 para 700 mil em 1989. Em razão do fracasso, os contratos foram proibidos pelos constituintes de 1988, quase por unanimidade. (MARANHÃO, 1995).

¹ Contratos com empresas estrangeiras para que pudessem realizar exploração pela busca de petróleo no mar em território brasileiro.

A alta do preço do barril de petróleo trouxe para a economia mundial impactos bastante negativos, ocasionando em vários países, inclusive no Brasil, redução nas taxas de crescimento, intensificação dos movimentos sociais diante da alta da inflação, desequilíbrio na balança de pagamentos. (TAVARES,1998). Buscava-se ampliar os investimentos na área de exploração visando aumento da produção do petróleo e, conseqüentemente, redução da dependência do Brasil.

Apesar da crise, o Brasil obtém resultados bastante satisfatórios no que tange a exploração de petróleo no mar com aquisição de maquinários e a contratação de diversas empresas prestadoras o que favorece sua expansão. E, as diferenças entre setores produtivos acentuam as distorções cada vez maiores entre os trabalhadores. (LEITE, 2009).

Figueiredo (2011) afirma que mesmo diante da crise mundial ocasionada pelo aumento do preço do barril do petróleo, mesmo o país vivenciando árduo período de efervescência no campo político e recrudescimento do regime militar, a Petrobras criou formas de expansão e ampliação de suas atividades, tanto na área comercial, na exploração de petróleo no exterior e na criação do seu parque petroquímico e de fertilizantes.

A divisão social do trabalho está marcada pela profunda desigualdade e o Estado manifesta grandes dificuldades em dar respostas na superação dos conflitos.

Leite (2011) afirma que os anos 1970 são marcados pela crise do modelo capitalista vigente e se traduz na intensificação da luta de classes, queda das taxas de lucros, aumento do desemprego e da dívida externa.

A luta por uma cidadania associada aos direitos sociais se faz presente, mas é marcada por avanços e retrocessos, por lutas, recrudescimento e por recuos diante de períodos ditados pelo arbítrio político.

Os anos 1980 traz em seu início nova crise do petróleo, provocada pelo aumento do preço do barril, mas também uma intensificação da exploração de petróleo no mar. As descobertas de campos gigantes favoreceram investimentos em tecnologias, construção de plataformas para a sua produção e no atendimento ao consumo interno.

A Petrobras se aprimora na exploração de petróleo em águas cada vez mais profundas, desenvolvendo métodos, equipamentos por intermédio de uma mão de obra cada vez mais qualificada (FIGUEIREDO, 2011).

Os anos 1990 são marcados pelo esgotamento do modelo econômico vigente e um forte processo de terceirizações e privatizações das empresas estatais brasileiras. O neoliberalismo com o discurso da necessidade de enxugamento da máquina estatal direciona para um processo

de privatização e terceirização das empresas estatais brasileiras. Esse fato contribui para uma redução drástica dos trabalhadores próprios da Companhia além de torná-la mais vulnerável à venda. Trata-se de momento determinante com fortes impactos nas relações de trabalho e, conseqüentemente, na vida dos trabalhadores que trataremos adiante com mais profundidade.

Importante destacar que havia forte pressão do mercado internacional, interessado em nossas reservas e, esse período é marcado pela quebra do monopólio da Petrobras em 1997, com a promulgação da Lei Nº9.478, no governo Fernando Henrique Cardoso.

1.3 Mudanças, Privatizações e seu lugar no contexto industrial brasileiro

Conforme já pontuado, a Petrobras criada em 1953 tinha como finalidade o abastecimento da sociedade brasileira, num momento que ainda se discutia a existência de petróleo no território nacional, e hoje, 65 anos depois, o Brasil detém a décima terceira maior reserva de petróleo do mundo (FIORI, 2019:31).

Esse processo se dá em vários momentos pautados por conflitos e sofrendo influências do ordenamento geopolítico desse segmento industrial e as conseqüências do processo de financeirização da economia aliados às instabilidades para estabelecimento e regramentos do preço do petróleo no mundo. (NOZAKI, 2019).

Os anos 1950 e 1960 a Petrobras deu um sentido nacionalista para a sociedade brasileira, mas foram nas décadas seguintes que ela se expandiu e passou ocupar papel importante para a economia e para o desenvolvimento industrial brasileiro.

Os anos 1970 são marcados pela gestão do General Geisel que adota nova perspectiva à Petrobrás. Há um redirecionamento dos seus objetivos centrais:

Se os presidentes anteriores vinham reafirmando, sucessivamente, a autossuficiência na produção do petróleo nacional como finalidade primordial, a política de investimentos na gestão Geisel estabeleceu como prioridade investir na elevação da capacidade interna de refino de petróleo, o que implicava aumento dos recursos destinados ao refino em detrimento dos investimentos em exploração. (FIGUEIREDO, 2011:58)

Têm-se nesse período uma redução da produção de petróleo de um lado, mas, também, por outro lado, forte expansão na área de comercialização, exploração de petróleo no exterior, implantação do parque petroquímico e de fertilizantes (FIGUEIREDO, 2011).

A crise do petróleo que ocorre em 1974, traz importante mudança no ordenamento global determinado pelo capitalismo. Apesar disso, o Brasil tem na descoberta de petróleo no mar, no campo de Garoupa, na Bacia de Campos, marco importante que irá influenciar toda mudança que a Cia passa adotar, transferindo para o mar maior ênfase nas atividades de perfuração.

Figueiredo (2011) afirma que desse modo cria-se facilidades para a importação de equipamentos de pesquisa e produção, estimulando-se, assim, a entrada de empresas nacionais para a construção de plataformas e a geração de tecnologia de equipamentos de produção petrolífera. (2011, p. 61).

Os anos 1980 são marcados por novo alinhamento político no Brasil em decorrência do novo choque do petróleo ocorrido em 1979. Dessa forma, agora na presidência do Brasil o General Figueiredo, a Petrobras busca dar novo impulso à exploração e produção interna do petróleo no Brasil - amplia-se a atuação de empresas nacionais de engenharia no mercado offshore. Se antes essa atuação restringia-se à construção de plataformas, a partir dali as empresas também eram estimuladas a prestar serviços para a Petrobras. (NEVES, 1986 apud FIGUEIREDO, 2011, p. 62).

Temos um crescimento vultoso na exploração e produção de petróleo, com a descoberta de campos gigantes na Bacia de Campos.²

Nos anos 1990, se acentua uma “nova” expressão do capitalismo. Já com a “certeza” da importância das novas descobertas de petróleo, o período do governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, caminha em consonância às imposições do neoliberalismo, ou seja, no atendimento das demandas impostas pelo capital e mercado externos.

Esse novo direcionamento se expressa pela adoção de uma série de medidas numa clara preparação da maior empresa produtora de petróleo do Brasil e outras do setor de energia para a venda. Entraram na mira a Eletrobras, diversas subsidiárias da Petrobras, a Cia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional etc.

Fiori (2019) destaca:

Logo depois do fim da ditadura militar, em 1985, seguiu-se um período de transição e indefinição estratégica, mas na década de 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) se propôs a reorganizar a Petrobrás segundo o modelo neoliberal de

² É uma grande área possuidora de petróleo no mar, localizada na região sudeste do país, com limites ao sul até a Cidade de Arraial do Cabo no Rio de Janeiro e ao norte, próximo a Vitória no Espírito Santo.

descentralização e financeirização implementado pelas grandes petroleiras privadas americanas. (2019, p. 32)

A quebra do monopólio da Petrobrás com a aprovação da Lei Nº 9.478, em 06 de agosto de 1997, propiciou a ascensão das privatizações e terceirizações. A venda de subsidiárias e setores importantes da Cia marcaram esse período que também passou a contar com diversas empresas advindas de várias partes do Brasil e do mundo que buscavam na exploração de petróleo no mar essa fatia do mercado.

Os ventos liberais sopraram nas velas dos poderes nacionais estabelecidos, promovendo um amplo programa de privatizações que radicalizou a desorganização do sistema produtivo estatal e seu caráter historicamente inorgânico. (GIMENEZ, SABBATINI, 2020, p. 20).

Esse período é marcado também por forte resistência dos trabalhadores (as) da categoria petroleira a esse projeto. Conforme sinaliza Leite (2009) trata-se de um importante período do movimento sindical; quando o petroleiro da Petrobras em suas lutas rompe com os espaços da empresa e se lança na defesa dos princípios democráticos, tornando-se mais consciente dos rumos que o país está tomando.

São vários os movimentos dos trabalhadores que se contrapõem a essa política que por um lado aumentava as exigências em relação a qualidade na produção, a competitividade e margem de lucros e por outro lado adotavam políticas de redução dos postos de trabalho, estímulos à terceirização, redução de direitos sociais e trabalhistas, fatores responsáveis diretos pelo aumento do desemprego.

Reflexo desse cenário, além do desemprego, a precarização do trabalho favorece uma série de acidentes de grandes proporções causando não só prejuízos, como impactos ao meio ambiente e elevar o número de mortes no trabalho.

Os acidentes ocorridos na baía da Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, em 2000, com vazamento de 1,3 milhão de litros de petróleo e da plataforma P-36, em 2001, expõem para o país e o mundo as repercussões da política adotada pela empresa ao longo dos últimos anos. (LEITE, 2009, p. 39).

Desde o nascimento da CUT – Central Única dos Trabalhadores nos anos 1980, os trabalhadores (as) passam a construir estratégias de enfrentamento para superação da pobreza, desigualdade, por mais emprego e por segurança no trabalho. Nessa perspectiva atuaram no fortalecimento e união de diversas categorias em vista de coibir práticas políticas que se mostravam nefastas naquele momento.

Esse processo de terceirização e privatização, em especial na Petrobras, exigiu ações mais contundentes, embates com a gestão da Cia e com o governo, além de maior organização e união entre os trabalhadores, cobrando do movimento sindical maior capacidade para negociar em qualquer instância de decisão (LEITE, 2009).

Episódios que marcaram esse período e a história dos trabalhadores serão abordados mais adiante.

O enfrentamento a essa tendência, diante de acentuada desigualdade que marcam esse período neoliberal favorece a chegada à presidência da República de um governo de viés mais progressista, que assume o compromisso com os trabalhadores do setor petróleo de não privatizar/ desnacionalizar a Petrobras.

No início dos anos 2000 esse cenário se confirma, ele é marcado pela derrota nas eleições do modelo neoliberal e ascensão dos governos do Partido dos Trabalhadores - PT (governos de Luiz Inácio Lula da Silva seguido pelo governo da Dilma Rousseff) que passam a apontar um novo caminho de desenvolvimento para o Brasil.

O processo de terceirização e privatização que já se dava de forma acentuada nessa indústria, se mantém, mesmo nesses governos mais progressistas.

A indústria do petróleo se constitui com a efetivação de um volume de trabalhadores (as) que não são mão de obra própria das grandes empresas produtoras de petróleo, assegurando por esse viés, também, expressiva margem de lucro.

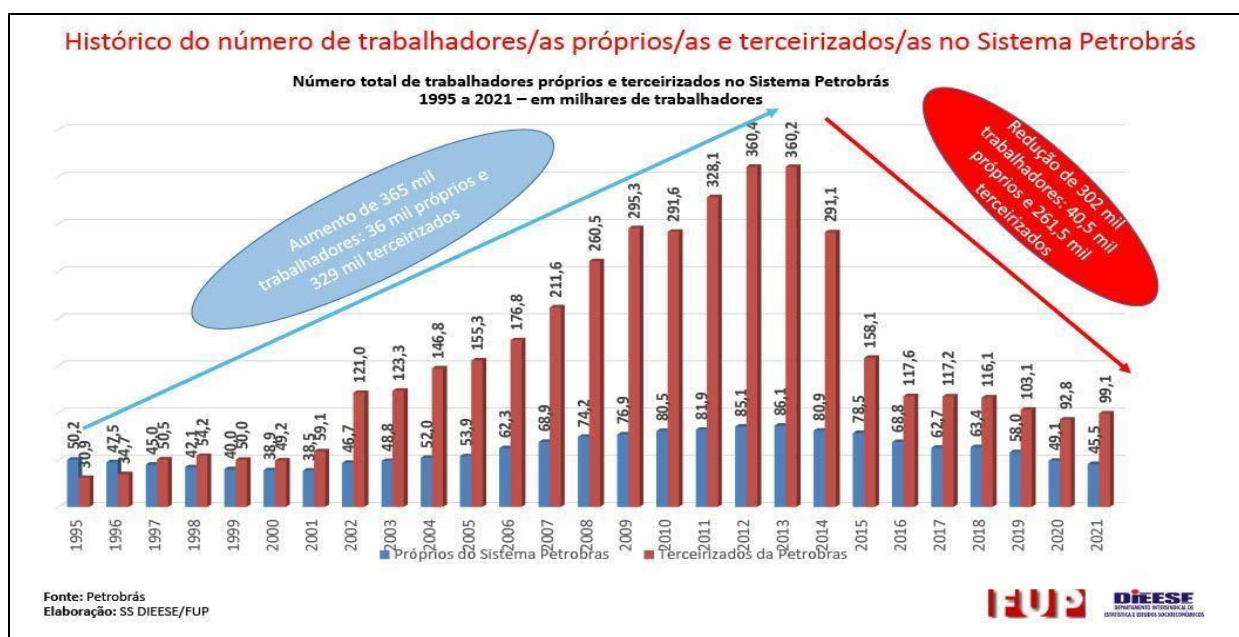
Mas o que se verifica a partir do final dos anos 1980 é um recrudescimento dessa lógica, inclusive em atividades-fim da Petrobras. Em verdade, tem-se a constituição de um sistema de produção que tanto historicamente como estruturalmente, devido à natureza da atividade, sempre dependeu da formação de uma rede de empresas atuando do fornecimento à distribuição, em modalidades diversas de subcontratação. As características do processo de produção na indústria do petróleo foram fatores predisponentes para o avanço dessa estratégia. Entre elas, poderíamos citar: a variedade de tarefas altamente especializadas; a natureza sequencial e em curto prazo de muitas atividades; e a realização de operações em áreas distantes (OIT, 1998) apud FIGUEIREDO, 2012, p. 94).

O Governo Lula marca um período de reafirmação do papel da Petrobras para a economia brasileira e suas ações são voltadas para investimentos nas áreas de refino e venda de seus derivados ao mercado interno, como também, de investimentos em pesquisa e novas tecnologias.

A pressão para que setores internacionais se façam presentes no desenvolvimento da Petrobras se articula com a política de conteúdo local difundida pelo governo do Presidente Lula. Esses elementos serão responsáveis por elevado processo de terceirização e privatização

de vários setores fazendo com que os trabalhadores (as) primeirizados (próprios) dessa indústria se tornassem, em curto espaço de tempo, minorias dentro desse complexo industrial.

Quadro 1 – Evolução do número de trabalhadores do Sistema Petrobras (próprios e terceirizados) de 1995 a 2021.



Fonte: Petrobras, SS DIESSE/ FUP, 2021.

Como é possível identificar, a lógica da terceirização mostra-se presente desde a década de 1990 de forma exacerbada no sistema Petrobras. E, mesmo em períodos considerados mais progressistas, de afirmação do papel dessa empresa para o desenvolvimento do país, esse modelo alcançou patamares expressivos.

Como se procurou evidenciar, o Estado brasileiro desempenha papel de grande importância no processo de desenvolvimento e industrialização. Pautado pelo capitalismo e subjugado as forças conservadoras, herdeira direta do período da escravidão, pouco disposta a investir em vistas de corroborar para o desenvolvimento do país, o Brasil, gradativamente absorve as políticas neoliberais.

Às empresas estatais, verdadeiras propulsoras do crescimento e desenvolvimento industrial, fortalecedoras do setor privado destina-se a priorização dos interesses internacionais. A Petrobras, por exemplo, mesmo pertencendo a um setor de energia estratégico para o país, encontra-se na mira dos interesses internacionais que visa inviabilizar sua capacidade de produção, por meio de um processo de privatização voltados para seu desmonte.

Os impactos desse direcionamento no processo e nas relações de trabalho dos petroleiros (as), a descoberta e papel da Bacia de Campos para a indústria do petróleo são aspectos desse contexto que serão tratados a seguir.

Capítulo 2 - As mudanças no mundo do trabalho a partir dos anos de 1990 e as especificidades da indústria do petróleo.

2.1- O processo de terceirização e as formas de precarização do trabalho e das relações de trabalho – um recorte da Bacia de Campos

Ao iniciar esse capítulo considero importante chamar atenção para aspectos da questão do trabalho na sociedade capitalista. Para Marx, o trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem em que este regula, realiza e controla sua própria ação, sua relação entre a matéria e o meio imprimindo forma útil. (1975).

Ricardo Antunes (2008) acrescenta que o capital opera em relação ao trabalho de forma destrutiva e a precarização se dá nesse contexto diante da exploração cada vez maior que pautam as relações de produção. Para ele, as transformações do mundo capitalista propiciaram uma “rigidez destrutiva” que se expressam nas crises estruturais, alterando as relações e a própria interação do homem com seu meio. Trata-se não só da violação de direitos, como também, o coloca em oposição a natureza tornando esse homem inimigo do meio ambiente.

O século XX foi palco de importantes mudanças advindas dos modelos fordistas e taylorista de produção industrial que, ao transformarem o processo de trabalho em atividade fragmentada, individualizada, parcelada e especializada favoreceu, também, a precarização do trabalho e das relações de trabalho.

Em breve resgate histórico lembramos que após a revolução causada pelos impactos do carvão e do ferro, o aço e eletricidade irão fomentar a 2ª Revolução Industrial. Esse fator irá implementar a siderurgia cuja base econômica formar-se-á com os grandes grupos industriais diretamente entrelaçados com os bancos.

A indústria automobilística mostrou-se determinante do ponto de vista histórico, pois estabeleceu uma nova forma de organização do trabalho que se caracterizou pela produção em série, linha de montagem, rigidez, especialização da mão de obra e distanciamento entre quem comanda e quem executa o trabalho. Esse processo impactou a vida dos trabalhadores e, em todos os setores da vida do homem.

É o trabalho colocado mais fragmentado, especializado, não qualificado, intenso, rotineiro, insalubre e hierarquizado.

Ricardo Antunes (2008) ressalta as repercussões que essas transformações propiciaram no interior do mundo do trabalho.

Iniciamos, reiterando que entendemos o fordismo fundamentalmente como forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/ consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século. (ANTUNES, 2010, p.25).

Como consequência se tem elevado investimento entre empresas, organizadas em monopólio e, ainda sob influência do liberalismo e keynesianismo, todo processo de produção está voltado para o consumo de massas.

Ainda Antunes (2008) ao citar Harvey destaca

que o fordismo se manteve forte até os anos de 1973, baseado numa produção em massa quando os padrões de vida para a população trabalhadora dos países capitalistas centrais mantiveram relativa estabilidade e os lucros monopólicos também eram estáveis. Porém, depois da aguda recessão instalada a partir de 1973 teve início um processo de transição no interior do processo de acumulação de capital. (ANTUNES, 2008, p.28)

A 3ª Revolução Industrial ocorre visando atender um novo momento do capital. Entre os anos de 1950 e 1970 as funções das novas máquinas e o papel da robótica vão afirmar a importância e o lugar do computador no cenário de produção. Acompanha esse processo um novo sistema de produção.

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o “Toyotismo” ou o modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural. (ANTUNES, 2002, p. 47)

Esse novo modelo de produção flexível impõe um trabalho polivalente, sob tensão, realizado nas chamadas “ilhas de produção” onde o trabalhador é levado a realizar várias funções e operar vários equipamentos ao mesmo tempo. É a lógica do não desperdício e redução do tempo (*Just in time*). A terceirização torna-se norma com forte desvalorização dos salários dessa força de trabalho.

As três Revoluções Industriais, aqui brevemente registradas, apresentam algumas semelhanças em seu processo. Elas têm uma base tecnológica (carvão/máquina a vapor, eletricidade/aço e informática/computador), um país sede (Inglaterra, EUA e Japão) e elevam de forma vertiginosa a produtividade.

Mas é importante destacar que a 3ª Revolução Industrial não propiciou, inicialmente, grande expansão da produção, como ocorreu nas duas primeiras, e, isso se dá em decorrência da recessão de 1974.

Mas, o destaque a todo esse processo está na exclusão e divisão da força de trabalho: são os empregados das grandes empresas apartados pelo trabalho precário, parcial e informal e, no outro extremo, os desempregados vítimas do desemprego estrutural.

A forma precarizada estabelecida nessas relações de trabalho está posta em diferentes espaços ocupacionais e têm na perda de direitos o amparo de legislações patronais que as legitimam e dificultam a organização e representação dos trabalhadores.

Esse processo de terceirização e precarização do trabalho, presente no histórico das relações de trabalho, se acentuam a partir dos anos 1980 e anos 1990. Conforme aponta Harvey (1992), “a implantação de um padrão flexível no processo de produção acentua a precarização do trabalho”, nesse sentido chamamos atenção para o rebatimento dessa característica na indústria do petróleo no Brasil.

Importante destacar que no final dos anos 1970, sob o comando de uma política econômica neoliberal e diante da grave crise que o mundo vivenciava, buscava-se modificar o papel do Estado quando se inauguram novas formas de acumulação capitalista calcada no domínio das finanças e fluxos comerciais. “Há um descolamento de recursos da esfera produtivo-real para a esfera financeira e, portanto, um efeito de expansão dos mercados de capitais domésticos e internacional” (GONÇALVES,1999 apud FURNO, 2020, p.117).

A subcontratação ou terceirização é característica das relações de trabalho no contexto industrial de um modo geral e, o setor petrolífero, não foge à regra. Caracteriza-se por um sistema de produção industrial que conta com uma rede de empresas que se alternam do fornecimento à distribuição, em diversos formatos de subcontratação (FIGUEIREDO, 2012).

Esse processo se acentuou no final dos anos 80 e se firmou como característica importante diante das especificidades do trabalho que se desenvolvia, especialmente na busca por petróleo no mar, em áreas profundas como era o caso do Brasil.

A crise vivenciada pelo mundo, consequência da Guerra do Golfo (invasão iraquiana ao Kuwait em 1990) traz um novo ingrediente, que foi a queda do preço do barril de petróleo. Há

uma revisão dos custos operacionais à produção de petróleo, cujo objetivo centrava-se na manutenção das suas margens de lucro e “as grandes petroleiras, então ampliaram sua desintegração operacional, contribuindo para o aumento da terceirização” (FIGUEIREDO, 2012, p.97).

Diante desse cenário

A Petrobras, guardadas as especificidades de sua inserção nesse contexto, também não ficou imune a tais tendências. Em parte, influenciada pela estratégia das grandes corporações do setor, intensificou seus programas de contenção de custos. No caso brasileiro, estes ainda foram acrescidos pelo fato de quase 80% de nossa extração já ser proveniente do alto mar (offshore), onde os custos são, em média, maiores que os de prospecção em terra (on shore). (FIGUEIREDO, 2012, p. 97)

Tais orientações são determinantes para a disseminação do processo de terceirização e acentuando questões que trataremos mais à frente referentes à precarização do trabalho.

A implantação de novas tecnologias é um elemento a se considerar nesse processo decisório, pois o trabalho automatizado em parte, altera o processo de trabalho e as atividades operacionais. No entanto, esse movimento encontrava-se diretamente relacionado à política voltada à manutenção das margens de lucro aos acionistas e ao direcionamento que o governo adotava na perspectiva de venda da Petrobras.

E, isso se dava em decorrência dessa nova etapa do capitalismo, voltado para reverter a queda das taxas de lucro nas economias centrais, conforme expressa Furno (2021). É o avanço do neoliberalismo por intermédio da redução ou supressão das fronteiras comerciais associado à expansão dos capitais que passam a circular livremente.

No plano internacional trata-se da mundialização da ordem neoliberal pela eliminação das barreiras à circulação de bens e capitais e de abertura dos países ao capital internacional, principalmente pela venda, a preços baixos, das empresas públicas. (DUMÉNIL & LÉVY, 2004, p.27 apud FURNO, 2021, p.120).

Harvey (1992) aponta dois aspectos do neoliberalismo que nortearam a economia e a condução das políticas econômicas que são as liberdades individuais e o livre comércio. Para ele, esses pressupostos mostram-se vitais e determinantes para a relação que os norte-americanos estabeleceram para com o resto do mundo.

Importante destacar o papel das privatizações das empresas estatais e serviços públicos nesse contexto. Ações que visavam construir, segundo Furno (2021) uma nova regulamentação voltada à

restrição da interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados, da transferência do Estado para o setor privado todas as atividades produtivas que não fossem monopólios naturais estatais, e da disciplina do mercado para as atividades antes excessivamente reguladas. (2021:125)

Associada a esse fenômeno da terceirização e, em grande escala, está a redução dos trabalhadores efetivos. Conforme registra a OIT (1998), a Petrobras reduziu em 23% seu efetivo no período dos anos 1990.

Para Figueiredo (2012),

no setor petrolífero a reestruturação produtiva também aparece como uma resposta à necessidade de maior produtividade e maior flexibilidade, perpetrando alterações substantivas na gestão do trabalho, seguindo a tendência predominante em outros contextos industriais. A maior focalização nas atividades ligadas ao “coração do negócio” da empresa e ações no âmbito da desregulação do trabalho visaram a atender uma demanda crescente por maior lucratividade nesse setor. (FIGUEIREDO, 2012, p. 100)

A conclusão para esse movimento está no desemprego em grande escala e a precarização do trabalho propiciando uma generalização de modalidades destrutivas ao trabalhador, mas voltadas “à globalização financeira e o fluxo acelerado de capitais entre vários países” (FURNO, 2012, p. 126).

A aprovação da lei Nº 9.478/97³ que quebra o monopólio da Petrobras no que tange às atividades relacionadas à produção, exploração, refino e importação de petróleo propiciou um verdadeiro desmanche e desregulamentação do setor petrolífero. Esse fato induziu a uma mudança na forma de gerenciamento dos serviços, impulsionando a terceirização que passa a ser feita em grande escala.

No caso da Petrobras, a implantação do novo modelo de organização gerencial em 2000, que dividiu a empresa em áreas de negócio, de apoio e unidades corporativas, também conforme já mencionamos, propiciou maior autonomia (flexibilidade) às subáreas quanto a questões de contratação dos serviços e fornecimento de equipamentos pelas prestadoras, corroborando o movimento de disseminação da terceirização em diversas etapas do processo produtivo. (FIGUEIREDO, 2012, p.118).

Os anos 1990 é pautado pelo discurso do “enxugamento da máquina estatal”, iniciada com Collor de Mello e aprofundada com Fernando Henrique Cardoso. Essa conduta seguia orientação internacional em decorrência do baixo preço das commodity daquele período. Sendo

³ LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

assim, a Petrobras adotou uma série de ações que vieram corroborar para a redução de seus trabalhadores efetivos que foram; PIDVs (Programas de Incentivos à Demissão Voluntária), PEA (Programas de Estímulos à Aposentadorias), associados a redução acentuada de concursos públicos, inviabilizando assim a renovação de seu quadro profissional.

A divisão da Petrobrás em áreas de negócios tinha como interesse maior os resultados econômicos. A não contratação de novos trabalhadores impôs a ela um crescimento exacerbado de trabalhadores terceirizados onde a Bacia de Campos têm papel de destaque nesse cenário em decorrência da abundância de petróleo que produz.

Conforme registra Figueiredo (2012), “a intensificação da terceirização funcionou, então, como uma das principais medidas para suprir as lacunas nesse período de alta produção e diminuição de funcionários vinculados ao quadro de efetivos da empresa”. (2012, p. 118).

Esse processo se acentuou mesmo no período dos governos mais progressistas, e, além dos setores de apoio, como hotelaria, alimentação, vigilância e limpeza, se dá também naquelas consideradas áreas fins, ou seja, áreas de produção e perfuração de petróleo.

Outra característica desse período foi a imposição aos trabalhadores de um sistema organizacional que privilegiava o alcance de metas e objetivos em vista de maior produtividade e redução de custos. Para Druck (1999) o trabalhador era induzido, nos treinamentos, a reafirmar a cultura da qualidade baseada no envolvimento e espírito de cooperação.

Dessa forma, mesmo diante de uma sobrecarga de trabalho voltada à produtividade e associada à redução de custos das empresas, ao trabalhador cabia acatar e não se rebelar em nome da preservação dos seus empregos.

Contam com um processo de desintegração da força de trabalho, de dispersão dos trabalhadores, de enfraquecimento de suas identidades sociais, de precarização do emprego, do trabalho e da vida – consequências provocadas, no âmbito do processo de trabalho, pela terceirização-, e que estabelecem, desta forma, novas relações dos trabalhadores com as gerências e entre eles mesmos. (DRUCK, 1999, p. 127)

Esse processo de trabalho dos petroleiros também foi marcado pelo caráter polivalente das atividades que, inicialmente, foi aceita de forma mais amena diante do vislumbre de melhor retorno salarial, no entanto, com o passar do tempo, o que os trabalhadores perceberam foi um acúmulo de tarefas, abrangência das competências e ausência da sonhada contrapartida financeira.

Esse sentimento mostra-se evidente no estudo realizado por Figueiredo (2012) sobre o trabalho dos petroleiros da Bacia de Campos

Por outro lado, os trabalhadores constatavam que, na prática, a ampliação das suas tarefas e o aumento das responsabilidades, resultante da conjugação de funções tão distintas, não eram acompanhadas de uma contrapartida financeira condizente com a mudança introduzida e que, ainda, abriam espaço para a empresa lançar mão da estratégia de intensificação do trabalho. (FIGUEIREDO, 2012, p. 121)

Historicamente, a terceirização, associada ao trabalho precário, sempre se fez presente nos setores mais tradicionais, no entanto, ele vai se ampliando de forma acentuada para os setores de ponta da economia (DRUCK, 1999).

Na indústria do petróleo da Bacia de Campos, mudanças significativas na organização do trabalho ocorrem de forma acentuada e a intensificação e precarização se dá tanto para os trabalhadores efetivos quanto para os trabalhadores terceirizados, embora para esses de forma muito mais intensa e desproporcional.

Sirelli (2015) destaca que a exploração de petróleo no Brasil e o investimento tecnológico, especificamente na Bacia de Campos, são frutos de forte interesse nacional defendidos pelos militares. O êxito nessa empreitada significava a afirmação do seu papel no processo de desenvolvimento brasileiro.

Os anos 1980 são marcados por fortes investimentos na área de exploração, nas expectativas de descobertas de óleo em águas profundas. Esse movimento é decisivo para que diversas empresas se voltassem à prestação de serviços à Petrobras.

Com a descoberta de novos campos em meados de 1980 (campos gigantes de Albacora e Marlin) e com a sucessiva quebra de recordes mundiais de produção em águas profundas, a Petrobras passa a investir em tecnologia para este tipo de produção. Estes investimentos resultaram em diversos avanços tecnológicos e na consolidação desse tipo de exploração pela empresa. (SIRELLI, 2015, p. 74)

Essas iniciativas fizeram da Petrobras referência nesse modo de exploração de petróleo. As descobertas em áreas cada vez mais profundas, impôs aperfeiçoamento tecnológico cada vez maior, mas isso não impediu e não tornou essa atividade isenta de riscos.

Conforme já mencionado, a lei 9.478/97 propicia a desregulamentação do setor offshore e fortalece a inserção da iniciativa privada. “A Petrobras adequou seu modelo de gestão às experiências de suas concorrentes internacionais, reafirmando o caráter “inovador” e “moderno” da terceirização” (SIRELLI, 2015, p. 84).

Esses fatores corroboraram de forma acintosa ao elevado número de acidentes graves e óbitos de trabalhadores terceirizados, consequência desse “setor” ser destinado às atividades mais perigosas, de maior risco.

Aqui, vale uma ressalva de caráter histórico, pois essa tendência – da terceirização acarretando o aumento da precarização do trabalho e do emprego – assumiu tamanha proporção, nos quais diversos setores de nossa economia, que terceirização e precarização quase se transformaram em sinônimos. (FIGUEIREDO, 2012, p. 97).

Para Sirelli (2015), a mundialização do capital industrial e financeiro expressos por intermédios da presença de empresas multinacionais e dos grandes oligopólios, evidenciam não só o processo de globalização como a internacionalização e mundialização das operações de capital onde o Estado ocupa papel fundamental em todo esse contexto. Nesse sentido, cabe à Petrobrás o papel de promotor do capital privado, e decisivo para alavancar e estimular a acumulação em geral

Desta forma, a terceirização não é só aceita como impulsionada na e pela empresa. A forma de estabelecer e gerir os contratos também passa por esta lógica da lucratividade, assim como a forma de lidar com os trabalhadores. (SIRELLI, 2015, p. 86)

2.2- O trabalho dos petroleiros em regime offshore

O processo de busca de petróleo no mar se compõe de várias etapas com grande quantidade de homens e mulheres que desenvolvem suas tarefas, cada um com um grau e especificidade.

Até alcançar a ponta, ou seja, até o consumidor final, o petróleo passa por diversas e diferentes etapas desse processo produtivo: perfuração, produção e refino. Identificar a localização do petróleo no mar é o primeiro desafio posto e que envolve capacidade técnica e investimento tecnológico. Essa etapa requer investimento elevado porque visa identificar a presença de área produtiva, ou seja, perfurar ali, naquele local, valha a continuação do investimento.

A questão inicial que desencadeia o processo de produção offshore é descobrir onde está o petróleo, estudar onde perfurar. Pela complexidade da localização, os custos da perfuração offshore são superiores e bem mais complexos do que a perfuração terrestre, o que leva à necessidade de uma rigorosa avaliação.

A exploração precede a produção e busca identificar e quantificar novas reservas de petróleo e gás, envolvendo as negociações de acesso e uso do solo, análise geológica do subsolo, a identificação de potenciais reservatórios, confirmando ou não a existência do mesmo. Este segmento é intensivo em tecnologia e força de trabalho altamente qualificada. (SIRELLI, 2015, p.91)

Superada a etapa de identificação e confirmação de um poço de petróleo produtivo seguem-se as etapas de sua perfuração e exploração.

A perfuração é inicialmente realizada por navios sondas e após várias etapas de um processo de trabalho tenso, que envolve equipamentos adequados com tecnologia avançada, precisão nas ações para identificar o valor produtivo daquele poço e validar a continuação de sua exploração. Confirmada a existência de petróleo naquele local, inicia-se outra etapa desse processo produtivo, que são os testes que analisam toda a viabilidade econômica de exploração daquele poço. Feito isso, novos equipamentos serão instalados, os equipamentos inicialmente alocados nos navios sondas são retirados e é iniciado o processo de produção do petróleo no mar.

Todo esse trabalho é realizado por trabalhadores (as) que permanecem embarcados em unidades marítimas por um período de 14 dias ininterruptos, no chamado regime offshore, em turnos de revezamento ou de sobreaviso, convivendo com diferentes grupos sociais e culturais.

É nesta estrutura que os trabalhadores offshore vão morar e trabalhar por pelo menos 14 dias, em regime de confinamento, não podendo sair neste período: são 14 dias em alto mar. O trabalho torna-se a dimensão principal da vida - nestes 14 dias a rotina organiza-se em torno do trabalho, dos turnos de revezamento ou de sobreaviso, das relações hierárquicas ou mesmo interpessoais entre pessoas de diferentes culturas, religiões, ideologias. São estes diferentes sujeitos que irão organizar sua rotina por 14 dias para perfurar poços. (SIRELLI, 2015, p. 92)

São distintas categorias de trabalhadores (as) que se interrelacionam na execução do seu trabalho e dotados de variadas competências técnicas. Mas, as relações de trabalho atravessadas nesse cotidiano pela terceirização, muitas vezes, impõem um rebaixamento no que refere a qualificação profissional de determinados segmentos de trabalhadores (as). Embora haja diferenciações, como Figueiredo (2012) alerta, não se pode generalizar, mas, o fato é que se têm, nesse contexto, trabalhadores (as) com formações e qualificações profissionais diferenciadas o que os tornam vulneráveis às tempereis do setor econômico e, também, à maior incidência de acidentes no ambiente de trabalho.

De todo modo, o alto número de serviços subcontratados pela Petrobras resulta, muitas vezes, na contratação de empresas que, em verdade, não se preparam com o devido rigor para fornecer a prestação de determinado tipo de serviço com a qualidade e a segurança requeridas. Algumas delas reduzem em demasia o preço oferecido valendo-se do velho artifício de rebaixamento dos custos do trabalho e dos gastos com manutenção para vencerem as licitações e terem acesso ao seu quinhão no enorme volume de capital movimentado pela indústria petrolífera. (...) Frente a esse quadro, não é raro depararmo-nos com empresas terceirizadas que enviam trabalhadores para as unidades sem um conhecimento teórico-prático à altura dos requisitos da atividade a ser exercida, o que também inclui os aspectos vinculados à saúde e segurança. (FIGUEIREDO, 2012, p. 137)

Aos trabalhadores próprios da Petrobras há um preparo e qualificação para o desempenho de suas tarefas, fato que na maioria das vezes não ocorre com os trabalhadores terceirizados, na qual a variedade de vínculos empregatícios favorece grande desigualdade nesse ambiente de trabalho.

Essas unidades marítimas são compostas, além das áreas onde ocorrem toda a exploração, produção e controle, de cozinhas, refeitórios, alojamentos e salas de lazer. A qualidade desses espaços varia de acordo com cada unidade, com sua fabricação.

Importante destacar que, desde 2018, após longo processo de negociação entre representações dos trabalhadores petroleiros, técnicos e entidades da área da saúde e segurança do trabalho, representantes das diversas empresas da área do petróleo e Ministério do Trabalho foi promulgada a NR-37 (Norma Regulamentadora) que trata essencialmente das questões referentes à Saúde, Segurança em Plataformas de Petróleo.

Essa Norma Regulamentadora estabelece requisitos mínimos na área da segurança, saúde, condições de habitabilidade, vivência nas plataformas marítimas, e, todo um regramento que propicia aos trabalhadores (as) que atuam nesses espaços maior conforto e segurança. Ela fora antecedida pelo Anexo II da NR-30 que tratava das plataformas e instalações de apoio – SIT 183 de 2010.

As plataformas marítimas são ambientes onde são desenvolvidas uma série de atividades, todas muito diversificadas; são operações que envolvem responsabilidades, precisão, decisões rápidas, entrosamento e tudo isso envoltas em alto risco. Elas são geralmente comandadas por um supervisor e os trabalhadores (as) divididos em equipes que se revezam em turnos ininterruptos e, outra característica dessa atividade é que as ações são realizadas simultaneamente.

Uma das questões postas aos trabalhadores (as) refere a questão do tempo; as exigências para que se produza cada vez mais em menor espaço de tempo o que tem levado a sobrecarga e evidencia os impactos desse processo produtivo na vida dos trabalhadores (as). Conforme sinaliza Sirelli;

O tempo é objeto de controle rigoroso nas etapas desenvolvidas pelo trabalhador coletivo, uma vez que perder tempo na produção capitalista, qualquer que seja o produto, é perder produtividade. Na indústria petrolífera, esta perda de tempo significa perdas milionárias. Além de ser uma atividade eminentemente coletiva, o fato de haver um número cada vez menor de trabalhadores pode levar aos que ficam a necessidade de assumirem cada vez mais funções que não são suas, como veremos adiante. (2015, p. 99)

Essa indústria, detentora de avançado sistema tecnológico, apresenta, no entanto, grande desequilíbrio no que refere a investimentos no campo da saúde e segurança. (FIGUEIREDO, 2012).

As plataformas marítimas formam um expressivo complexo industrial cujos processos de trabalho ali desenvolvidos são de riscos, perigosos, contínuos, exigem conhecimento e habilidade técnica associado à experiência. A implantação de políticas gerenciais, como os Programas de Saúde e Segurança (PSS) não conseguem uma redução expressiva dos riscos porque alija a participação tanto os trabalhadores (as) próprios e com maior ênfase os terceirizados.

Verifica-se que a empresa vai ao mercado visando soluções e proposições para a sua PSS, mas não realiza uma reflexão crítica e participativa dos seus principais problemas – ao menos não com a profundidade necessária – para, a partir deles, criar suas estratégias de enfrentamento (GUIDA et al, 2019, 1822)

Para Druck (1999) trata-se, inicialmente, da prioridade à redução de custos em detrimento não só da qualidade do trabalho e consequentemente de aspectos da segurança.

A ausência de uma compreensão mais ampla acerca do processo de trabalho inibe e direciona ao trabalhador (a) as responsabilidades diante de acidentes e/ou adoecimentos. Desta forma, as iniciativas relacionadas às políticas voltadas para saúde e segurança não reverberam de forma significativa pois, considerando o enfoque da produção tornam-na tais ações ineficazes.

Em caso de acidentes ou adoecimentos gerados pelo trabalho e, para que o trabalhador tenha acesso a direitos previdenciários, faz-se necessário a emissão da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho. Trata-se de documento onde deve constar o registro do acidente ou adoecimento ocasionado em decorrência do trabalho.

Este documento se preenchido corretamente, deveria trazer informações pertinentes ao processo de trabalho e causas dos acidentes e doenças dos trabalhadores. No entanto, tem se mostrado como importante instrumento na sonegação de informações, caracterizando a subnotificação dos acidentes e agravos dos adoecimentos dos trabalhadores da indústria do petróleo da Bacia de Campos. (ROCHA, 2010, p. 5).

Conforme estabelece a Lei Federal 8.213 de 24/07/91 o registro do acidente e/ou doença do Trabalho é formalizado a partir do preenchimento de formulário próprio, em 5 vias, que deverão ser encaminhadas para a Previdência Social, Sindicato, Ministério do Trabalho, uma cópia é do trabalhador e a outra deve ser armazenada pela empresa.

Um dado importante refere-se às mudanças na referida Lei, ocorridas a partir de 1999 cuja última modificação, ocorrida em abril de 2021, por intermédio da Portaria SEPRT N°4.334. Tais mudanças alteraram a forma de preenchimento da CAT estabelecendo que esta somente será feita por meio eletrônico no site do INSS. Isso dificulta o acesso dos sindicatos e do próprio trabalhador que muitas vezes não dispõe de recursos da internet para a elaboração desse documento.

Essa realidade é atravessada por ações das empresas que visam inibir e/ou omitir os acidentes e ou adoecimentos do trabalho, uma vez que tais registros vão impactar na relação contratual e, também, no seguro previdenciário que sofre acréscimo e, no caso de recorrências de acidentes ou adoecimentos, fica a empresa impedida estabelecidas na lei de contrair empréstimos pelo setor público.

Na mesma medida, por desinformação acerca do papel da Previdência e dos seus direitos e temendo retaliação, o próprio trabalhador, muitas das vezes, corrobora para essa subnotificação.

Um exemplo para ilustrar essa abordagem é o caso do trabalhador X da empresa Y. Atuando em unidades marítimas, o referido trabalhador sofreu um acidente, inicialmente, considerado leve, tratava-se de um corte provocado por equipamento perfurante em um dos seus membros superiores. Em “comum acordo” com gestores da unidade, não realizou o devido registro, mas algum tempo depois, aquele ferimento evoluiu, comprometendo sua capacidade laboral. Situações como essas fazem parte do cotidiano dos trabalhadores, em especial, do setor privado da indústria do petróleo que, além dos prejuízos mencionados, mostram-se impeditivas à estruturação de políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador.

Embora o número de emissão de CATs, pelas empresas do setor privado da Bacia de Campos demonstre que esses trabalhadores são as maiores vítimas dos acidentes e da precarização do trabalho. Além disso é nesse setor que a pressão para o não registro de acidentes e ou adoecimentos se dá conforme demonstrado abaixo, no quadro 2.

Quadro 2: Registro de Acidentes de Trabalho com Emissão de CAT's recebidos pelo Departamento de Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Sindipetro-NF

ANO	TOTAL DE ACIDENTES	PETROBRAS	SETOR PRIVADO
2018	532	187	345
2019	547	128	419
2020	291	247	44
2021	266	34	232

Fonte: Departamento de Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Sindipetro-NF

Conforme é possível se observar há elevado número de acidentes com trabalhadores (as) terceirizados, do setor petróleo privado em comparação ao número de acidentes registrados com trabalhadores próprios (Petrobras).

Trata-se aqui de característica dessa relação de trabalho onde os trabalhadores (as) que não são próprios mostram-se mais expostos aos riscos de acidentes e adoecimentos e vulneráveis nas relações de trabalho

Importante também destacar que os anos 2020 e 2021 são períodos pandêmicos, cujos dados refletem a desigualdade dessas relações de trabalho. No primeiro ano da pandemia (2020) houve uma forte pressão por parte do movimento sindical para a criação de protocolos sanitários, como mecanismo de proteção aos trabalhadores. E, nesse mesmo período, percebe-se elevado número de CATs, emitidas pela Petrobras, em dissonância com os anos anteriores.

Esse fenômeno pode ser o reflexo do tratamento dado pelas empresas para a pandemia. Não consideramos que tenha ocorrido um maior número de acidentes e seus respectivos registros, mas, elevada subnotificação de acidentes por parte do setor privado, nesse período.

Rocha (2010) chama atenção para os prejuízos aos trabalhadores, quando da não emissão do referido registro que são: a perda da estabilidade de um ano no trabalho, do recolhimento previdenciário no período que estiver afastado, ou seja, haverá contagem de tempo para aposentadoria o período de afastamento, também de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, implicação do empregador para com as despesas médicas necessárias, direito de mudança de função no trabalho.

Um dos aspectos da precarização do trabalho concentra-se nestas políticas de subnotificações dos acidentes, implementados nos programas de saúde e segurança das empresas. Busca, alcançar metas de produção privilegiando a ausência de

acidentes, distorcendo a realidade dos processos de trabalho, estimulando assim, o não registro dos acidentes no ambiente de trabalho. (ROCHA, 2010, p. 28).

Por fim, a ausência de registros de acidentes e adoecimentos gerados no ambiente de trabalho corrobora para a ausência de ações de caráter preventivo, como também, para a estruturação de políticas públicas no campo da “saúde do trabalhador”.

2.3- Trabalhadores efetivos e terceirizados – uma análise dos Acordos Coletivos de Trabalho – ACTs e representação sindical.

O processo de privatização na indústria do petróleo da Bacia de Campos deu-se de forma acentuada no decorrer dos últimos anos. Foram vários os fatores que corroboraram para isso, a quebra do monopólio da Petrobras no final dos anos 1990 é marco importante porque favoreceu a entrada de empresas privadas nessa fatia do mercado.

Esse processo contou e continua a contar com diversas ações baseadas em orientações políticas que em muito vem favorecendo esse aglomerado de petrolíferas. Dentre as ações mais recentes está a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei – PLS 4.567/16 que dentre outras finalidades retira da Petrobras a obrigatoriedade de ser a única operadora na exploração de petróleo em áreas da camada do “pré-sal”⁴. Esse feito expressa a vertente privatista do governo vigente no movimento de fortalecimento do setor privado em detrimento da estatal.

Essa nova descoberta de jazidas de petróleo em camadas tão profundas, além de impor novos desafios à exploração é percebida por Figueiredo como “um novo paradigma geológico e a mais importante fronteira de exploração na indústria petrolífera mundial” (2012, p. 71).

Esse feito modifica a geopolítica alçando o Brasil a um novo patamar na classificação dos países produtores de petróleo no mundo onde as crises econômicas subsequentes, especialmente a partir de 2014 (que não vamos tratar nesse trabalho) são marcadas pelas especificidades desse setor.

Evidentemente, diante desse feito, novos interesses são alçados no cenário político, se sobrepondo aos interesses nacionais. O ano de 2016⁵ é marcado por uma série de ações do governo que assumiu após o impeachment e veio fortalecer ainda mais o setor privado.

⁴ Área de 112 mil km², situada entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, com uma faixa de 800 km de extensão e 200 km de largura, com lâminas d’água que variam de 60 a 2.300 metros e profundidade total entre 5.300 e 7.000 metros. Estima-se que possua reservas de 50 a cem bilhões de barris de óleo. (FIGUEIREDO, 2012, p. 71).

⁵ A Dilma Rousseff eleita em 2014 para o segundo mandato sofre impeachment em decorrência, de um Golpe de

Dessa maneira tornou-se esse setor objeto de disputa pela representação dos trabalhadores. Desde o início dessa atividade no Brasil, os trabalhadores em sua maioria eram oriundos do setor estatal e representados pelos Sindicatos dos Petroleiros – SINDIPETROS que detinham a representação dos trabalhadores que atuavam em áreas fim de exploração. Mas, diante dessa nova orientação, esse quadro se altera de forma acentuada.

Conforme pretendemos demonstrar, a diversidade de empresas presentes nessa indústria propicia, ao mesmo tempo, aglomeração e dispersão entre os (as) trabalhadores (as) em decorrência dos diferentes vínculos de trabalho existentes. Figueiredo (2012) afirma que

A indústria petrolífera offshore pode ser caracterizada como um sistema sociotécnico complexo. Sociotécnico porque está associado à interação de um conjunto de indivíduos e instrumentos técnicos com os quais esses indivíduos estão incumbidos de realizar uma missão. (LEPLAT; TERSSAC, 1990 apud FIGUEIREDO, 2012, p. 111).

A Petrobras é a maior empresa de petróleo do país, estatal de capital aberto e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Em seu entorno se concentram diversas empresas que formam sua cadeia de produção:

- 1) São as grandes operadoras do campo de petróleo: Trata-se de empresas que não fazem todo o processo de extração, produção e refino do petróleo. Elas até constroem poços, mas são especializadas em determinadas atividades, bem específicas e fundamentais à produção de petróleo;
- 2) Grandes prestadoras de serviços: com atuação no mundo inteiro desenvolvem atividades altamente especializadas;
- 3) Pequenas e médias prestadoras que desenvolvem determinados serviços mais comuns, altamente necessários, como hotelaria, logísticas, pintura, análise de produtos químicos etc.
- 4) Operadoras de plataformas: Há casos em que a plataforma pertence a determinada empresa, mas o poço é da Petrobras como as chamadas afretadas que fornecem e operam plataformas.

Para Silva e Britto (2009):

Mudanças no processo produtivo da empresa central tendem a exercer impactos expressivos nas demais empresas do sistema, determinando processos de concentração e concentração industrial que podem influenciar a evolução do aglomerado no longo prazo. No caso de aglomerações produtivas em regiões e localidades de baixo desenvolvimento, como é o caso de Macaé, processos que levam

à concentração industrial afetam, sobretudo, a sobrevivência das Pequenas e Médias Empresas, que, em geral, têm expressiva participação na geração de emprego e renda das localidades. (SILVA, BRITTO, 2009, p. 124).

Essas empresas se expandem por diversas frentes de atividades, como nas soluções para indústria de petróleo e gás upstream offshore, na manutenção e instalação industrial, da logística e cadeia de suprimentos, treinamento de pessoal, manutenção e instalação elétrica, construção civil, pintura industrial, apoio marítimo, montagem industrial, processos complexos de extração de petróleo como prospecção, perfuração, processo sísmico, fraturação, manutenção de poços, hidráulica, engenharia e construção, serviços na área de metal mecânica, hotelaria, coleta de resíduos, operação, etc. Esses são alguns exemplos da diversidade presente nas atividades dessa indústria propiciando a circulação de elevado contingente de trabalhadores (as).

Essas formas diferenciadas de relações de trabalho repercutem no cotidiano, na relação entre trabalhadores (as) efetivos da Petrobras e terceirizados, no olhar que desenvolvem acerca de si, na construção da identidade “petroleiro”.

Por outro lado, percebe-se também, elevado número de entidades de representações dos trabalhadores (as) contribuindo para maior dispersão e acentuando esse espírito desagregador dentro da categoria petroleira, além da fragilidade ao próprio movimento sindical.

Conforme observado no exercício profissional, o (a) trabalhador (a) terceirizado (a) se sente inferiorizado, discriminado e pouco valorizado, talvez, por essa razão, ao olhar para aquele (a) profissional efetivo não o identifica enquanto membro de expressiva categoria que obtém acesso a incontáveis direitos que são frutos de lutas de seus (as) antecessores (as). Mas, o identifica como alguém privilegiado e “explorador do trabalho alheio”.

Esse fluxo de sindicatos propicia, como já mencionado, distanciamento dos (as) trabalhadores (as), especialmente os (as) terceirizados (as) nas lutas pela efetivação das pautas reivindicatórias.

Enquanto em períodos de Campanhas Reivindicatórias para os efetivos (as) da Petrobras as pautas são construídas nas instâncias das organizações sindicais (congressos e assembleias) os terceirizados, em grande parte, desconhecem os caminhos e regimentos de suas representações sindicais.

Conforme será demonstrado neste presente estudo, a maioria dos trabalhadores terceirizados desconhecem cláusulas definidas nos acordos coletivos e, conseqüentemente, direitos assegurados por força desses acordos ou convenções.

Essa dicotomia distancia parte da categoria à compreensão a respeito das lutas travadas ao longo dos anos para que determinados benefícios compusessem o cenário de direitos dos trabalhadores (as). Esse fator reforça o espírito competitivo e discriminatório presente nessas relações de trabalho.

Há uma dificuldade para se compreender o lugar e papel da terceirização, seu caráter ideológico que resulta nessa fragmentação e difunde uma rivalidade que se faz presente a todo instante.

Essa discrepância se reflete, também, no estabelecimento dos Acordos Coletivos de Trabalho. Enquanto aos trabalhadores efetivos da Petrobras consegue assegurar uma gama de direitos que os ajudam não só a desenvolver seu trabalho como também proteger suas famílias, os terceirizados (as) lidam para reduzir a instabilidade provocada pela fragilidade de muitos contratos de trabalho, contra a subtração de pisos salariais, insegurança no trabalho.

Dispersão, rotatividade, instabilidade, insegurança, competitividade etc. são características típicas da condição de terceirizado, que contribuem para a fragilização da capacidade de luta e ação coletiva, que atinge os sindicatos. Esta diferenciação é percebida e reproduzida entre os próprios trabalhadores, configurando -se em relações de disputa e preconceito. (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007, apud Sirelli, 2015, p.235).

Enquanto nos Acordos Coletivos de Trabalho da Petrobras a estabilidade dos vínculos de trabalho, de certa forma, encontra-se assegurado, para os (as) terceirizados (as) a vulnerabilidade impera, pois, o término de determinada atividade, significa também, o rompimento de vínculo de trabalho. Fica o (a) trabalhador (a) à mercê do movimento do mercado para contratação em nova empresa.

Essa característica mostra-se de suma importância à sobrevivência e manutenção desse sistema.

Este cenário impõe ao trabalhador uma gama de alternativas que não atende aos seus anseios e necessidades, deixando-o à mercê de negociações com as empresas que enfraquecem direitos (como o direito a folga), benefícios e mesmo sua organização política. A força de trabalho excedente na região funciona como pressão para o trabalhador sujeitar-se a extremos graus de exploração de sua força de trabalho (SIRELLI, 2015, p. 244).

A terceirização produz aos trabalhadores (as) uma relação de desigualdade, um forte abismo elevando o espírito competitivo e de rivalidade. Aos terceirizados a fragilidade dos vínculos de trabalho que não são superadas com os acordos coletivos em vigor e o distanciamento das representações sindicais.

Capítulo 3 - Relações de trabalho – reflexões acerca dos salários, benefícios, condições de moradia e acesso a políticas públicas

Para melhor compreensão acerca das relações de trabalho e das questões que são determinantes para nosso entendimento e diferenças entre trabalhadores (as) próprios e terceirizados, salários, benefícios, o acesso a políticas públicas etc., adotamos como metodologia a pesquisa de campo qualitativa. Como ferramenta para essa aproximação utilizamos a entrevista semiestruturada com perguntas fechadas e abertas cujo objetivo principal visava compreender as relações que são estabelecidas entre esses sujeitos sociais e o contexto de trabalho.

Inicialmente optamos por realizar as entrevistas de forma remota em decorrência do período pandêmico que ainda vivenciávamos. Foram enviados 50 formulários (elaborados na plataforma Google Formulário) a trabalhadores (as) que ao longo dos últimos 2 anos foram atendidos pelo serviço social no Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – Sindipetro-NF. Escolhemos 25 usuários de cada ano de forma aleatória não havendo nenhum critério específico para envio desses formulários. Mas, diante da baixa adesão para esse formato de entrevista, obtivemos somente 4 respostas de retorno, acabamos optando pelo modelo presencial.

As entrevistas presenciais foram realizadas na rodoviária de Macaé, lugar estratégico de embarque e desembarque de trabalhadores. Homens ou mulheres com grandes mochilas eram facilmente identificados, como possíveis trabalhadores (as) da indústria do petróleo que estavam em trânsito, retornando às suas casas ou se preparando para o embarque. Apesar da resistência de alguns, nessa abordagem, obtivemos um resultado satisfatório.

A falta de adesão ao preenchimento dos formulários de forma remota e a resistência inicial que algumas pessoas demonstraram para responder a nossa pesquisa foi algo que nos intrigou e nos levou a refletir acerca das razões para tal comportamento. Percebemos uma certa insegurança demonstrada ao hesitar em nos atender, um temor inicial verbalizado por alguns trabalhadores (as) ao justificar que não gostariam de falar nada que pudesse comprometê-los.

Esse fato nos remeteu às questões vivenciadas por essa indústria, com forte repercussão na vida dos trabalhadores. Primeiro as consequências da operação Lava Jato que gerou o fechamento de diversas empresas e consequentemente a demissão de muitos petroleiros (as).

Seguido a esse fato tivemos o Golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff que levou à presidência Michel Temer que adotou uma série de medidas⁶ de fortes impactos nessa indústria e se traduziram num recrudescimento das relações de trabalho que se estenderam e se agravaram durante a pandemia. Esse período foi marcado por elevado número de demissões, denúncias de assédio moral e adoecimentos no campo da saúde mental.

Quadro 3: Registros dos Atendimentos do Serviço Social do Sindipetro-NF nos anos de 2020/2021/2022

Ano	2020	2021	2022
Total de Registros	185	107	79
Trab. Próprios	84%	64%	74,7%
Trab. Terceirizados	16%	36%	25,3
Denúncias de Assédio Moral	Não houve	03 casos 01 Terceirizado 02 Próprios	18 casos 06 Terceirizados 12 Próprios
Mudanças Regime de Trabalho	31 casos Todos os trabalhadores próprios	20 casos Todos os trabalhadores próprios	09 casos Todos os trabalhadores próprios
Adoecimento no campo da saúde mental	15 casos Terceirizados: 01 Próprios: 14	22 casos Terceirizados: 05 Próprios: 17	15 casos Terceirizados: 03 Próprios: 11

Fonte: A autora, 2023.

A questão do assédio moral é tema delicado e de difícil tratamento. Ele é “parte da organização do trabalho para a manutenção do controle disciplinar sobre os trabalhadores e trabalhadoras” (BARRETO apud SILVA e RAICHELIS, 2016, p. 125) que para eficácia na intervenção faz-se necessário que a vítima consiga identificar e denunciar o seu opressor.

⁶ Foram aprovadas diversas medidas na área econômica, dentre elas a PEC 55 do controle de gastos públicos, a reforma trabalhista de 2017 e a Lei da Terceirização com a liberação para atividades fins.

O sindicato tem concentrado suas intervenções para essa questão em campanhas e ações de cunho mais amplo e às vítimas o apoio de setores do campo da saúde do trabalhador da rede pública. Para que uma ação mais contundente contra o opressor tenha êxito faz-se necessário que a vítima tenha condições de realizar denúncias e esse é o ponto que restringe nosso campo de intervenção.

Nos anos de 2020 e 2021 tomamos conhecimento de situações bastante complexas e denúncias mesmo de forma tímida, começaram a surgir em nosso plantão de atendimento. E, em 2022 tivemos diversos trabalhadores (as) tanto do setor privado como também, efetivos da Petrobras que denunciaram ao sindicato seu sofrimento e pediram providências.

Esses fatos nos levaram a associar que a insegurança demonstrada por esses homens e mulheres, poderiam estar relacionadas aos resquícios desse período e conforme pretendemos demonstrar mais à frente, parte expressiva dos entrevistados (as) encontram-se com vínculos empregatícios recentes e após vivenciarem longo período desempregado.

Do total de 27 respostas, 23 foram realizadas presencialmente, como entrevistadora, anotando as respostas dadas pelos entrevistados e 4 foram realizadas de forma online e desse quantitativo 17 são terceirizados e 10 próprios. As entrevistas, tanto as presenciais quanto as online, foram utilizadas pela plataforma Google Formulário. Os gráficos foram gerados pela própria plataforma de acordo com as respostas inseridas. As perguntas foram divididas em quatro blocos: identificação, trabalho, terceirização/precarização e condições de vida.

Importante também reforçar que a vivência da autora, atuando no Sindipetro-NF favoreceu uma melhor aproximação com o objeto de estudo, trazendo maior riqueza à análise dos dados e às questões que afetam o cotidiano dos (as) trabalhadores (as).

Dessa forma foi possível “desvelar a realidade, não analisando apenas a aparência dos fenômenos”, (SIRELLI, 2015, p. 23) mas refletindo e sistematizando as informações trazidas nesse exercício profissional e as colhidas nas entrevistas semiestruturadas.

Somam-se a essa coletânea de informações obtidas no trato direto com trabalhadores (as) também dados dos arquivos dos atendimentos do serviço social já descrito acima. São elementos que nos auxiliaram na sistematização desse estudo e serão descritos e inclusos nas análises aqui apontadas.

Um importante aspecto desse trabalho a destacar refere a atenção especial dedicada ao cumprimento dos princípios éticos que norteiam todo trabalho acadêmico. O respeito com os

entrevistados, assegurando o sigilo e o anonimato⁷ e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Quantitativo de Trabalhadores (as) Entrevistados:

Quadro 4: Vínculos de Trabalho

Petrobras	25,9
Empresas do Setor Privado Ocyan, Perenco, CIS Brasil, Manserve, Engeman, Q& N, Colnorte, Ply Services, Priner, Bport, Imetamia, CBO, Ocyan/Odebrecht, Halliburton, Altera, Smartcoach, Biz Logística, Mora Engil, Schlumberger	74,1%

Fonte: A autora, 2023.

Dos entrevistados, 25,9% são trabalhadores próprios, concursados da Petrobras, enquanto 74,1% vinculados ao setor privado. Nessa amostra é possível dimensionar o elevado número de empresas que compõem esse complexo industrial. Entre 27 entrevistados identificamos 19 empresas diferentes entre operadoras e prestadoras de serviço à Petrobras. Mostra-se importante esclarecer que entre as empresas citadas nas entrevistas a Petrobras e a Perenco Petróleo e Gás do Brasil são operadoras, as demais, prestadoras de serviços.

Chamamos atenção para o papel dessas empresas, especialmente as transnacionais que se instalam nos países periféricos e são detentoras de benefícios, como isenções nas áreas fiscais, além de atuarem interferindo nas áreas dos direitos direcionadas aos trabalhadores e trabalhadoras.

Associado a isso, o processo de trabalho no setor petróleo, como destaca Ferreira e Iguti (1996) “é perigoso, complexo, contínuo e coletivo”, características que impõe aos trabalhadores (as) intensificação no ritmo de trabalho e riscos à sua integridade física.

São variadas empresas empregadoras de um contingente de trabalhadores e trabalhadoras que desconsideram a complexidade desse trabalho e os prejuízos que propiciam à saúde dos seus subordinados.

O poder dessas indústrias transfere-se agora também para os países em desenvolvimento, uma vez que essas áreas passam a ser subordinadas econômica e politicamente à produtividade dessas empresas, reforçando assim a flexibilização e a

⁷ A pesquisa foi submetida e devidamente aprovada pela Comissão de Ética da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO. E, também foram respeitados os critérios éticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 1993).

desregulamentação que vêm ocorrendo no mundo e, também no Brasil. Esse processo tem relação direta com a terceirização e as inovações organizacionais que são implementadas nas empresas que trabalham diretamente com petróleo. (SIRELLI, 2015, p. 100).

É notória a flexibilização de direitos que são impostas aos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente àqueles e àquelas terceirizados. A intensificação das jornadas de trabalho associada à pressão diante da instabilidade dos contratos de trabalho é causadora de diversos adoecimentos no campo da saúde mental. (FIGUEIREDO, 2012).

Mostra-se também importante registrar que embora aos trabalhadores e trabalhadoras da Petrobras a precariedade no trabalho e nas relações de trabalho ocorram, pois ninguém está isento de ser afetado diante dessa orientação estabelecida pelo capital, ela se dá de maneira mais tênue em comparação a forma como ocorre no setor privado, com trabalhadores e trabalhadoras terceirizados.

A fragilidade dos vínculos de trabalho, expressas nas formas de contratação desses trabalhadores (as) são características marcantes da precarização, traço da divisão da força de trabalho no mundo capitalista.

Para Teixeira (2016) a prática na contratação de serviços de terceiros no Brasil é uma característica de determinados processos produtivos. Mas, a partir dos anos 1990, esse modelo se intensificou e se generalizou para os demais setores da economia.

As políticas que visam a produtividade corroboram e afetam a capacidade produtiva dos trabalhadores. Esse processo expõe um formato de organização no trabalho que propicia um recrudescimento das relações de trabalho, acentuam uma divisão e ausência de identidade e empatia entre os trabalhadores (as) próprios e àqueles (as) terceirizados (as). São trabalhadores (as) que atuam no mesmo ambiente de trabalho, mas expostos de formas diferenciadas aos mesmos riscos, com vínculos empregatícios altamente desiguais; salários rebaixados, ausência de qualificação e treinamentos eficazes, carga horária excessiva e exposição aos riscos com escassa proteção.

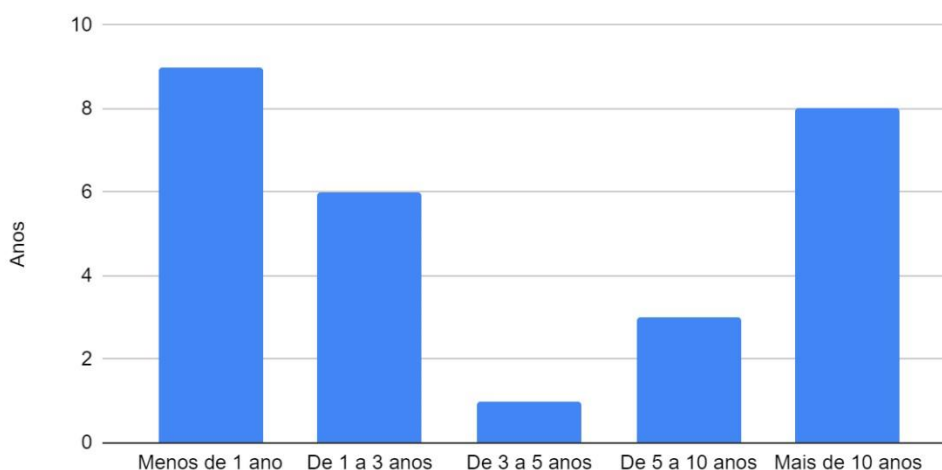
A terceirização tem sido a principal forma de flexibilização do trabalho, pautadas no fato de que a transferência de responsabilidades de gestão e de custos da força de trabalho para um terceiro garante à empresa uma desobrigação, que a liberta de compromissos trabalhistas ainda cobertos pela legislação, e lhe permite contratos flexíveis sobre a responsabilidade de terceiros. (DRUCK; FRANCO, 2007 apud SIRELLI, 2015, p. 133)

Trabalhadores com mais de 10 anos são aqueles (as) da Petrobras que corresponde a 25,9 % dos entrevistados e 74,1% são os (as) terceirizados (as) que possuem média inferior a 2 anos de vínculos empregatícios.

No geral, trabalhadores (as) próprios (as) são os efetivos da Petrobras, embora saibamos que empresas do setor privado possuem trabalhadores (as) próprios e terceirizados (as). De qualquer forma, esse (as) trabalhadores (as) do setor privado, mesmo sendo do quadro efetivo, não gozam da estabilidade e direitos presentes nos contratos de trabalho da Petrobrás para onde o ingresso é via concurso público e a representação sindical mais expressiva.

Percebemos que mesmo reconhecendo a precariedade presente nessas relações, salta aos olhos esse índice, o que nos leva pensar acerca do período pandêmico⁸ que pode ter fragilizado ainda mais os vínculos de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras desse setor.

Quadro 5 - Tempo de empresa



Fonte: A autora, 2023.

Mas, outro dado que reforça a fragilidade presente entre os vínculos de trabalho dos trabalhadores (as) desse setor são o quantitativo de homologações realizados pelo departamento jurídico do Sindipetro-NF aqui exemplificados nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Quadro 6- Registros de Homologações do Departamento Jurídico

⁸ De março de 2020 até dezembro de 2021 período de reclusão em todo mundo ocasionado pela Covid19 e que alterou de forma expressiva as relações de trabalho na Bacia de Campos. Diante da crise várias empresas tiveram seus contratos suspensos o que gerando seu fechamento e demissão de seus trabalhadores (as).

ANO	PETROBRAS	TERCEIRIZADOS
2020	269	338
2021	237	228
2022	15	401
TOTAL	521	967

Fonte: A autora, 2023

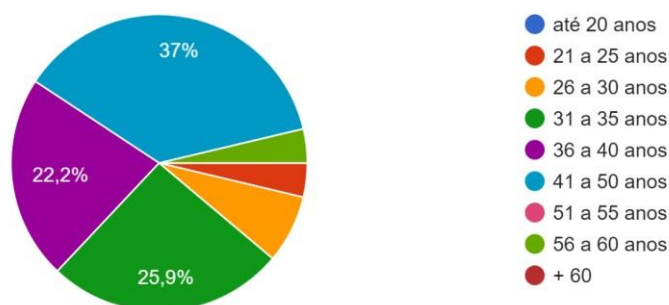
Importante chamar atenção para o fato que a Petrobras, desde o golpe de 2016 vêm de forma acelerada desenvolvendo diversos programas de incentivos à demissão, os chamados PIDVs. As homologações ocorridas com esses (as) trabalhadores (as) são em sua maioria em decorrência de aposentadorias. Por outro lado, aquelas do setor privado são demissões que se dão por motivos variados. Trata-se mais uma vez do (a) trabalhador (a) arcar com os custos da precarização que lhe é imposta. A impressão que temos é que o trabalhador do setor de petróleo privado em geral não se aposenta.

3.1- As diferenças postas aos trabalhadores (as) próprios(as) e terceirizados (as)

Quadro 7: IDENTIFICAÇÃO/ Idade

Idade

27 respostas



Fonte: A autora, 2023.

Constatamos que (37%) dos entrevistados estão entre 41 e 50 anos de idade, o que denota a forte presença de trabalhadores (as) mais experientes. A indústria do petróleo, pelo lugar que ocupa na cadeia produtiva, produz uma expectativa de estabilidade àqueles que vislumbram integrar-se a ela. Para o setor, a experiência é muito importante considerando as especificidades

do trabalho. Figueiredo (2012) chama atenção para a importância da interação entre trabalhadores (as) e experiência para execução e funcionamento desse sistema.

a eficácia e a confiabilidade dos chamados sistemas sociotécnicos complexos teriam na cooperação que se dá no interior de um coletivo de trabalho um de seus pilares de sustentação, evidenciando-se, assim, a relevância da dimensão coletiva no tocante ao seu funcionamento. (LEPLAT; TERSSAC, 1990 apud FIGUEIREDO, 2012).

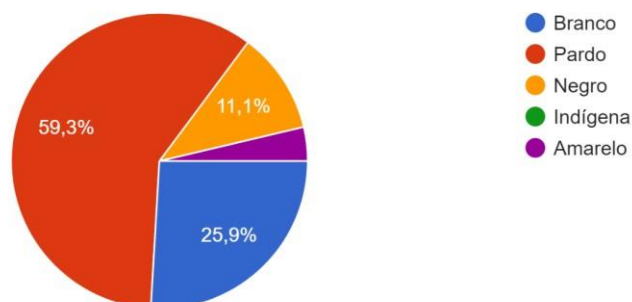
Dessa forma é possível afirmar que o peso da experiência, pode ser um determinante não só à inclusão nesse espaço de trabalho, como também, faz desse setor espaço ocupacional cuja maioria de trabalhadores (as) são pessoas com idade mais madura.

Outro aspecto que chama atenção refere-se aos trabalhadores (as) próprios e terceirizados. Constatamos que entre a faixa de 31 a 50 anos encontram-se 88,8% dos entrevistados e destes, 66% são do setor privado o que nos faz concluir que a vulnerabilidade dos vínculos de trabalho recai com maior incidência aos (as) trabalhadores (as) terceirizados.

Esse fato revela que mesmo com idade considerada mais avançada esses (as) trabalhadores (as) estão no mercado de trabalho de forma vulnerável, dentro de um setor que tem como característica a rotatividade e ausência de estabilidade nos vínculos de trabalho.

Quadro 8: Raça ou Etnia

Raça ou Etnia
27 respostas



Fonte: A autora, 2023.

Conforme apurado 59,3% dos entrevistados se autodeclararam pardos, 11,1% negros e 25,9% brancos e 3,7% amarelos. Daqueles que se declararam brancos, 18,5% são trabalhadores (as) terceirizadas, e do universo de trabalhadores (as) que se declararam pardos e negros, 52,8% são do setor privado.

Importante destacar que observamos certa dificuldade por parte dos entrevistados, diante da pergunta, demonstradas na hesitação ou até no silêncio, o que favoreceu que a resposta pela opção “parda” se baseasse somente na melanina.

Consideramos que tal comportamento pode estar associado às diversas questões vivenciadas pela população trabalhadora e gerando, como consequência, o preconceito e a desinformação.

Entendemos que essa é uma dificuldade posta pela população, que pode estar associada, em sua raiz, aos conflitos relacionados à raça e mercado de trabalho, ainda presentes em nossa sociedade.

Mata e Rosa ao analisarem a sociedade do século XIX destacam que “parda” e “mulato” poderiam ser compreendidos como sinônimos, ao mesmo tempo, que o termo trazia intrínseca a marca da subalternização, “a passagem pelo cativo”. Embora esse traço da escravidão estivesse presente na concepção do termo, afirmam que “a depender do maior ou menor índice de brancura epidérmica, pardo e mulatos poderiam passar por brancos” (2020, p. 171).

Os obstáculos que historicamente são impostos à população negra, como o acesso à educação, saúde, habitação e demais direitos fundamentais se estendem às opções do mercado de trabalho em que as desigualdades demonstram clara relação com hierarquias no campo racial.

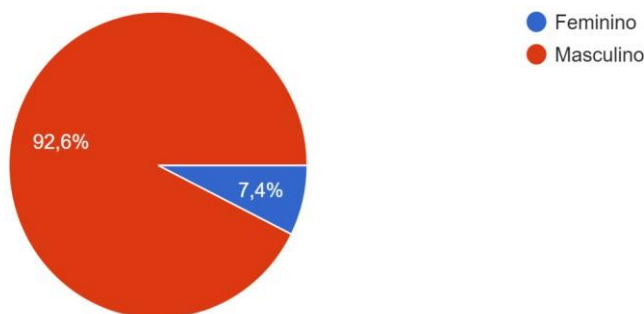
É patente que a divisão social do trabalho no Brasil traz em seu bojo os traços marcantes do período colonial. Por essa razão, formas de exploração que muitas vezes se moldam e até são naturalizadas atingem aos trabalhadores e trabalhadoras de um modo geral, mas no caso da população negra se expressam de forma acentuada

O resultado social desse conjunto de práticas, portanto, é a reprodução de uma estrutura político-econômica e formas de representação que produzem mecanismos de expropriação, exploração, marginalização e exclusão sistemáticos que se baseiam explícita ou implicitamente em critérios raciais. (OLIVEIRA, SILVA, 2020, apud FREIRE, CARULA, 2020, p.218).

Esses dados reafirmam que essa desigualdade racial necessita ser compreendida e tratada de forma sistemática pelo viés das políticas públicas para sua superação., não bastando investir no setor educacional da população negra, mas, também, buscar sensibilizar a sociedade para a discriminação racial presente no mercado de trabalho.

Quadro 9: Gênero

Gênero
27 respostas



Fonte: A autora, 2023.

Conforme apurado 92,6% dos entrevistados se identificam como pertencente ao sexo masculino, enquanto apenas 7,4% se identificam como feminino e são terceirizadas. Esse percentual demonstra uma proporção bastante desigual entre homens e mulheres nesse setor. Vale destacar que a maioria das vagas de trabalho são voltadas para áreas operacionais, que significa trabalhar em regime off shore e/ou em turno de revezamento.

No Brasil, o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, que se deu na década de 1970, pode ser considerado um dos marcos no processo de transformação por qual passou o país e impôs nova dinâmica no contexto da organização social. E interesses de ordem econômica eram o pano de fundo diante do rebaixamento dos salários dos trabalhadores e o aumento do consumo que ocorria naquele período com o avanço do processo de industrialização.

No entanto, faz-se necessário ressaltar as questões implicadas na identificação do lugar do trabalho e a divisão sexual nele presente. Trata-se de expressões do processo de subordinação e desigualdade presentes no contexto social. Enquanto às mulheres cabe a reprodução social da vida, aos homens cabe a produção. É mais difícil para as mulheres assumirem um trabalho que exige o confinamento de pelo menos duas semanas longe da família e da casa. Assim, o acesso ao trabalho para homens e mulheres estão calcados no modelo estrutural imposto pelo capitalismo que estabelece uma divisão sexual da sociedade que se reproduz na divisão sexual do trabalho, no ideário que constituímos de masculino e feminino e apresentado como natural e biológico (STOLCKE, 1980 apud SOUZA-LOBO, 2011).

A repercussão desse modelo se faz presente quando se percebe uma participação diferenciada entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Às mulheres se destinam as

atividades mais precárias e de baixa qualificação. “A existência de uma ordem simbólica e cultural androcêntrica implica a inserção subordinada e a valorização inferiorizada das mulheres no mercado de trabalho” (FRASER, 2001, 2009, apud FREIRE, CARULA, 2020, p. 205).

Hirata (1994) destaca que as políticas de flexibilização e de precarização presentes em nossas relações de trabalho, embora cause impactos nos variados tipos de atividades desenvolvidas tanto pelos homens como pelas mulheres é sobre elas que recaem àquelas atividades marcadas pela informalidade e pela desvalorização acentuando a desigualdade já existentes entre os sexos.

Conforme Oliveira e Silva, a grande desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho é perene e está diretamente relacionada “a divisão sexual do trabalho e faz parte das relações sociais; portanto, também fazem parte das relações de classe” (2020, p. 208).

Esse olhar nos leva a concluir que a ausência mais expressiva de pessoas do gênero feminino no mercado de trabalho da indústria do petróleo pode estar associada às questões determinadas pela divisão sexual do trabalho. Um modelo que inibe e naturaliza a participação feminina em determinadas áreas ocupacionais ao associar a mulher sempre a incumbência de desenvolver atividades que lhe possibilite conciliar emprego com as atividades domésticas.

A divisão sexual do trabalho é também uma construção social e histórica. Se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de raça, de gênero e das práticas sociais. O capitalismo na América Latina não criou a subordinação das mulheres, mas certamente as relações de produção e reprodução social são aqui também sexuadas e assimétricas, marcadas por uma hierarquia que subordina as mulheres e seus trabalhos. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 173).

A subordinação aqui posta está diretamente relacionada à divisão sexual do trabalho, expressas nas desigualdades de oportunidades, de salários e até de acesso à qualificação.

Outro ponto relevante que mantém as mulheres menos presentes nos regimes de trabalho offshore é a falta de instalações adequadas para seu uso nas plataformas de petróleo. Enquanto os trabalhos em terra possuem, por exemplo, a separação de banheiros entre feminino e masculino, essa não é a realidade da maioria das plataformas, sendo um ponto de muitas queixas recebidas pelo Sindipetro-NF entre as mulheres que realizam o trabalho offshore. Ainda que na NR-37- Norma Regulamentadora⁹ há a previsão, no capítulo que versa sobre Saúde e Segurança

⁹ A Norma Regulamentadora NR-37 (Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo) foi desenvolvida com o intuito precípua de reduzir o número de acidentes e doenças ocupacionais, assim como contribuir para preservar o meio ambiente marinho e a integridade das diferentes plataformas envolvidas em todo este processo produtivo.

das Plataformas de Petróleo à adequação dos espaços femininos, mas a realidade ainda se mostra aquém dessa regulamentação. E, esse fato pode ser um causador de desestímulo para as mulheres, podendo ser um ponto polêmico levantado por sua família ao pensar seu trabalho confinado nas plataformas.

Quadro 10: Estado Civil

Estado civil	Quantidade de Respostas
Casado	51,9%
Solteiro	40,7%
Divorciado	3,7%
União estável	3,7%
Total Geral	100%

Fonte: A autora, 2023.

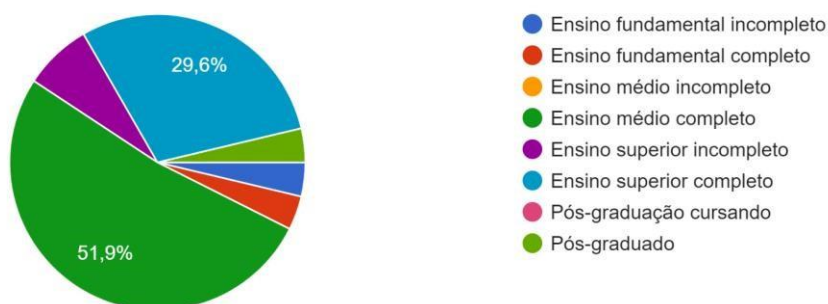
Constatou-se que 51,9% dos entrevistados se declararam casados, 3,7% em união estável, 40,7% solteiros e 3,7% divorciados. Considerando o avanço jurídico no que se refere ao reconhecimento das múltiplas relações familiares que hoje são estabelecidas na sociedade, a opção pela união estável não deixa de ser um instrumento de segurança para muitos casais. Nesse sentido constatamos que 55,6% dos entrevistados possuem núcleo familiar pautado pelo casamento e nesse universo 33,3% são formados por trabalhadores (as) do setor privado e 22,2% composto por trabalhadores (as) da Petrobrás.

Esse fator pode ser um ingrediente a mais na busca pela estabilidade e salários mais palatáveis em comparação a outras áreas econômicas.

Quadro 11: Grau de Escolaridade

Grau de escolaridade

27 respostas



Fonte: A autora, 2023.

Quanto à escolaridade, destacamos os dados mais expressivos, conforme quadro acima que são: 51,9% dos entrevistados possuem o ensino médio completo sendo desses 45,8% são trabalhadores (as) terceirizados (as) e 6,1% são efetivos da Petrobras. Do ensino superior completo totalizam 29,6% dos (as) entrevistados (as) onde 14,8 são terceirizados.

Esse perfil corrobora para o entendimento que o grau de escolaridade exigido para a maioria dos cargos nessa indústria é o ensino médio completo e os trabalhadores (as) do setor privado aparecem com expressivo percentual. Para diversas funções dessa indústria o curso técnico por si já basta, o que é possível constatar com as respostas sobre as funções.

Mas, é importante destacar também, que não basta ser detentor desse grau de escolaridade para garantir sua empregabilidade, como fatia da precarização presente nas relações de trabalho, cabe ao trabalhador ou trabalhadora ser possuidor (a) de certificações que o habilite ao trabalho, especialmente no setor offshore.

Essa condição, ao nosso ver, expõe aspectos da precarização das relações de trabalho, expressa uma das desigualdades impostas ao trabalhador (a) terceirizado (a), pois é sobre eles (as) que recai as despesas para aquisição dessas certificações¹⁰, exigência que não é imposta aos trabalhadores efetivos. As custas por essas certificações são de responsabilidade da Petrobras. Importante destacar que esses cursos possuem tempo de validade e periodicamente faz-se necessário sua renovação.

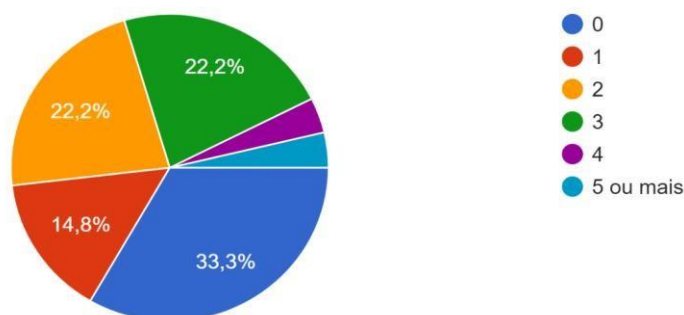
¹⁰ Cursos Básicos de Segurança de Plataforma (CBSP); Curso HUET – Helicopter Underwater Escape Training – também conhecido no Brasil como Treinamento de Escape de Aeronave Submersa para Águas Tropicais, NR-35 para trabalho em altura e NR-33 para trabalho confinado.

Para Behring e Santos “podemos, assim, afirmar que, no tempo presente, os segmentos do trabalho, ao invés de sujeitos de direitos, são sujeitos da desigualdade ...” (2009, p. 277).

Essas são expressões das diversas formas de exploração do capital sobre o trabalho, do poderio econômico representado pelas empresas e as classes subalternizadas representadas pelos trabalhadores (as).

Quadro 12: Número de filhos

Número de filhos
27 respostas



Fonte: A autora, 2023.

Também destacamos neste item da pesquisa que 59,8% dos trabalhadores entrevistados têm 1 a 3 filhos, 7,5% têm mais de quatro filhos e, 33,3% não têm filhos. Chamo atenção para a possível relação dessa questão com a estabilidade no trabalho. A volatilidade do setor talvez seja determinante para a redução do tamanho dos núcleos familiares.

A repercussão de determinados aspectos do mercado de trabalho pode ser determinantes à composição e planejamento dos grupos familiares.

As relações de trabalho no Brasil são marcadas pela precarização, onde a facilidade para demitir trabalhadores e trabalhadoras mostra-se rotineira e, no caso dos trabalhadores terceirizados da indústria do petróleo da Bacia de Campos se dá de forma mais intensa. Conforme descreve Sirelli (2015),

É esta a lógica que acompanha os processos de contratação de empresas terceiras na indústria do petróleo: a instabilidade do vínculo é seguida pela insegurança na vida. Pela dificuldade em planejar o futuro, “a gente não consegue pensar além disso”. (SIRELLI, 2015, p. 138)

Embora essa insegurança acometa também os trabalhadores e trabalhadoras do sistema Petrobras, é no setor privado, diante dos trabalhadores terceirizados que ela se dá de maneira mais intensa.

3.2- Benefícios e Vantagens – como pensam esses (as) trabalhadores (as)?

A forte discrepância nas relações de trabalho entre os trabalhadores (as) efetivos e terceirizados (as) mostram-se evidentes no estabelecimento dos Acordos Coletivos de Trabalho. A estabilidade que os (as) efetivos (as) possuem contrasta com a fragilidade e vulnerabilidade vivenciada pelos (as) terceirizados.

Como fora relatado, as mudanças nos contratos entre prestadoras de serviços e operadoras repercutem de forma acentuada na vida dos (as) trabalhadores (as). Em muitos casos tais mudanças significa demissão e/ou rebaixamento de salário.

Não é raro as situações em que a empresa prestadora, ao participar de uma licitação, opte por rebaixar os salários dos seus funcionários (as) visando assegurar o melhor preço à operadora contratante e assim sair vitoriosa desse pleito.

Para o trabalhador (a) isso representa abdicar direitos e/ou rebaixamento salarial. Um exemplo recente refere a mudança de contrato entre uma prestadora e uma operadora. O salário que era pago a um profissional nível técnico júnior era de R\$2.221,50 (dois mil, duzentos e vinte e um reais e três centavos). No entanto, com a mudança, a empresa que ganhou a licitação passou a pagar aos mesmos profissionais o valor de R\$1.850,00 (mil oitocentos e cinquenta reais). Isso representou uma perda, só no piso salarial, de R\$371,50. Além desse agravante, outro aspecto dessas perdas refere aos adicionais que são os ganhos por sobreaviso, hora/descanso e periculosidade que muitas vezes também são reduzidos. Esse setor tão lucrativo, impõe a cruel decisão aos seus trabalhadores (as) que é aceitar a redução e rebaixamento salarial ou o desemprego.

Para os trabalhadores efetivos essas questões não fazem parte do seu universo de demandas. A estabilidade assegurada lhe permite um olhar mais confortável para o futuro, para seus projetos pessoais.

Um dado importante refere-se às transferências e mudanças no regime de trabalho que são demandas comuns, postas pelos (as) trabalhadores (as) efetivos da Petrobras. Nos últimos anos, esse é um dos motivos de adoecimentos de trabalhadores (as), de buscas de apoio no

sindicato. A estabilidade que o trabalhador (a) efetivo possui mostrou-se fragilizada diante da crise política e dos rumos adotados pela Petrobras nos últimos 4 anos. Foram transferências e mudanças de regime que ocasionaram forte impacto na vida de muitos trabalhadores (as), com rebaixamento salarial, mudanças de endereço residencial propiciando impacto na rotina familiar de muitas famílias.

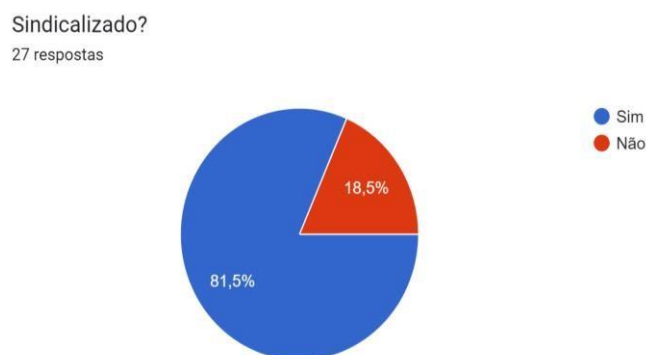
O que chama atenção é que essa questão não compõe o universo de queixas ao sindicato apresentadas pelos trabalhadores (as) do setor privado. A dinâmica de rotatividade e vulnerabilidade dos vínculos pode ser um ingrediente que inibe esse (a) trabalhador (a) a buscar intervenção nessa situação. A possibilidade de ser descartado de um quadro funcional mostra-se determinante.

Quadro 13: Comparativo de Salário entre Trabalhadores Nível Médio Técnico

	Terceirizados On shore	Terceirizados Offshore	Petrobras On shore	Petrobras Offshore
Salário Base	R\$1.850,00	R\$1.850,00	R\$3.204,12	R\$3.204,12
Adicionais	R\$2.405,00	R\$3.006,25	R\$5.452,20	R\$8.814,29 (sobreaviso) R\$9.347,23 (Turno de 12 horas)

Importante destacar que incidem sobre os salários base, adicionais que podem corresponder a um aumento de até 60% do piso base do salário dos (as) trabalhador (as) terceirizados (as). Mas, as diferenças postas nessa relação são marcadas pelo piso inicial que corresponde em mais de 50% de uma categoria para outra.

Quadro 14: Representação Sindical



Fonte: A autora, 2023.

Quadro 15: Sindicalizados

SINDICALIZADOS	NÃO SINDICALIZADOS
48,2% Terceirizados	14,8% Terceirizados
33,3% Efetivos	3,7% Efetivos

Fonte: A autora, 2023.

Conforme demonstrado, quanto à representação sindical, 81,5% responderam que são sindicalizados e 18,5% que não estão vinculados a nenhum sindicato. No entanto, mostra-se importante destacar que dentre a maioria que afirma possuir vínculo sindical, 52,5% dos trabalhadores (as) não souberam informar em qual o sindicato encontra-se sindicalizado. E os 29% que informaram seu sindicato são trabalhadores (as) da Petrobras e citaram o SindipetroNF.

Essa atitude nos remete à situação corriqueira que vivenciamos no Sindipetro-NF e que reforça esse desconhecimento por parte do trabalhador (a) terceirizados (as). São muitas as vezes que comparecem na sede do Sindipetro-NF buscando informações sobre o endereço do seu sindicato. Queixam-se das dificuldades para localização, contato telefônico e desconhecem quem são seus representantes sindicais.

Essa característica descrita acima denota que para os trabalhadores (as) que desconhecem em qual sindicato estão filiados, a sindicalização não se dá de forma consciente, politizada e nem por viés ideológico. Ela ocorre por imposição das empresas geralmente no momento de sua admissão.

A estratégia utilizada é fragmentar a classe trabalhadora, em especial a terceirizada, pulverizando os trabalhadores offshore por sindicatos de categorias: caldeireira,

pintores industriais. Essa disputa se dá no terreno da luta, havendo uma pressão por parte das empresas para que seus trabalhadores se filiem ao Sinditob. (SIRELLI, 2015, p. 230)

Esse fator repõe no centro dessa discussão as formas de vínculo de trabalho entre trabalhadores (as) terceirizados e próprios e o expressivo papel da Petrobras. Há implícita nessa demonstração aspectos das estratégias políticas e ideológicas adotadas pelas empresas que levam à separação e divisão dos trabalhadores (as).

Quadro 16: Referente ao ACT e suas Cláusulas:

Resposta	Possui ACT	Conhece as Cláusulas do ACT	Vínculo
SIM	89,9%	22,2%	11,1% Efetivos e 11,1% Terceirizados
NÃO	7,1%	66,7%	7,4% Efetivos e 59,3% Terceirizados
TALVEZ	3%	11,1%	11,1% Terceirizados

Fonte: A autora, 2023.

Foram 2 questionamentos realizados, se a sua categoria possuía ACT firmado com seu sindicato e, em caso afirmativo, se o trabalhador (a) conhecia as suas cláusulas.

As respostas indicam uma contradição, de um lado há referência ao vínculo sindical e ao conhecimento da existência de uma Acordo Coletivo de Trabalho, mas, por outro lado, um desconhecimento às suas cláusulas. Cerca de 88,9% dos entrevistados responderam que sua categoria possui um Acordo Coletivo de Trabalho, mas em contrapartida, 66,7% responderam também que não conhecem as suas cláusulas e desses 7,4% são trabalhadores efetivos e 59,3% terceirizados.

Conforme aponta o Ministério do Trabalho e Emprego hoje, as grandes operadoras internacionais são representadas pelo Sindipetro-RJ (Statoil, Chevron, Anadarko, BP, Devon) as médias e pequenas petroleiros atuam e negociam com sindicatos petroleiros regionais (Petrogal, Gran Tierra Nova Petróleo Recôncavo, Santana), a SHELL negocia com o SITRAMICO. O Sindipetro-NF representa 17 empresas (Baker Hughes, EXPRO, Grupo SLB, Halliburton, Exterran, Superior, Varco, APICE, Engie e PETROPEP, OILTANKING, Champion, KN Açu, CETCO, Franks, Falcão Bauer e Wellbore. E o SINDITOB representa,

aproximadamente, 70 empresas do setor privado, que hoje, segundo o DIEESE, cerca de 50% da produção da Petrobras está sendo realizada por esses trabalhadores.

Esses dados são a expressão de uma segregação social entre trabalhadores (as) da indústria do petróleo que culmina com a “pulverização dos trabalhadores e a fragilização sindical, uma vez que ela estabelece um fosso entre os trabalhadores do Núcleo estável e trabalhadores terceirizados” (SILVA E FRANCO, 2007, *apud* SIRELLI, 2015).

O surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Offshore do Brasil - SINDITOB em 1993, reivindicando a representação dos trabalhadores (as) terceirizados (as) traz uma nova concepção na identidade desses trabalhadores (as). Estabelece a diferença entre os próprios da Petrobrás, esses reafirmados como petroleiros e os terceirizados chamados de “categoria offshore”. Mas, o processo de nascimento dessa entidade, que não vamos nos ater, tem por base interesses das empresas do setor offshore em não fortalecer naquela ocasião entidades de base cutista.

Dessa maneira, diante das dificuldades que os Sindipetros apresentam em encaminhar e incorporar as pautas dos trabalhadores terceirizados às suas plataformas de luta, se solidificou essa divisão e pulverização apontada acima.

Acontece, todavia, que as lutas sociais alteraram significativamente a natureza de suas organizações, distanciando-se da clássica estrutura da sociedade urbana e industrial, convencionalmente associada às formas de representação por sindicato, partido político e associações em geral. Enquanto a classe trabalhadora tradicional se transmuta em novos trabalhadores dos serviços, ela praticamente não compreende a linguagem que vê e escuta, afastando-se das formas de organização e expressão das lutas do passado (POCHMANN, 2022, p.38).

Importante também destacar que as formas de sindicalização reforçam essa situação. Aos trabalhadores terceirizados, não há espontaneidade e nem direito de escolha. A sindicalização ao Sindicato dos Trabalhadores Offshore do Brasil - SINDITOB se dá no momento que o trabalhador (a) é admitido na empresa, ou seja, é o patronato quem direciona para essa sindicalização.

Toda essa conjugação de expressões do cotidiano desses trabalhadores (as) petroleiros (as) resvalam no fortalecimento do papel do sindicato, enquanto entidade de representação.

Quadro 17: Outros benefícios assegurados

Benefícios mais citados	Respostas	Próprios	Terceirizados
PLANO ODONTOLÓGICO	37%	50%	50%
VALE /TICKET ALIMENTAÇÃO	44%	33,3%	66,7%
PREVIDÊNCIA PRIVADA/SEGURO DE VIDA	29,6%	50%	50%
ASSISTÊNCIA MÉDICA	11,1%	67%	33%
AUXÍLIO EDUCAÇÃO	59,25%	43,8	56,25

Fonte: A autora, 2023.

Para essa pergunta à pessoa entrevistada fora dada a opção de mais de uma resposta.

Ficou evidenciado, mais uma vez, dificuldades apresentadas pelos trabalhadores (as) para reconhecer seus direitos e identificar benefícios assegurados no ACT. Foram 14,8% que não souberam responder “que outros benefícios sua empresa lhe assegura” E, aqueles que afirmaram conhecer as cláusulas também não souberam explicitar que direitos ou benefícios estão previstos nos acordos.

Esses aspectos acima observados mostraram-se com maior incidência entre os trabalhadores terceirizados. Percebe-se que trabalhadores (as) do setor privado ou terceirizados apontavam com dificuldades os benefícios assegurados no ACT e, muitas vezes, faziam referência ao pagamento de horas extras e auxílio transporte como benefício assegurado e não direitos previstos na CLT. Já trabalhadores (as) da Petrobras conseguiam enumerá-los e até apontar algumas proposições visando sua melhoria.

O auxílio educacional, auxílio creche, assistência médica extensiva aos dependentes e a escala 14 x 21 para os trabalhadores (as) que atuam em regime off shore, foram algumas das questões apontadas pelos entrevistados da Petrobras.

Importante destacar que esse comportamento acima mencionado são aspectos do processo de terceirização que facilita a elevada rotatividade entre os trabalhadores (as), além de dificultar o processo de organização e reivindicação de pautas que possam atender suas necessidades.

Conforme Figueiredo, “a terceirização teria levado a uma quadrupla precarização: do trabalho, da saúde dos trabalhadores, do emprego e das ações coletivas” (2012:100).

3.3 - A presença da precarização nas condições de moradia e no acesso às políticas públicas

Quadro 18: Local de Moradia

Local de moradia dos/as respondentes	Quantidade de Respostas
Macaé	6
Rio de Janeiro	3
Campos	2
Niterói	2
Nova Iguaçu	2
Aracaju	1
Arraial do Cabo	1
Camaçari BA	1
Carapebus	1
Espírito Santo	1
Itaboraí	1
Maricá	1
MG	1
Minas Gerais	1
Natal	1
Petrópolis RJ	1
Santa Maria Madalena RJ	1
Total Geral	27

Fonte: A autora, 2023.

Constatamos que entre os entrevistados os maiores índices são: 22,2% residem no município de Macaé, 11,1% são de Minas Gerais, 7,4% são do município de Nova Iguaçu, 7,4% oriundos do município de Campos dos Goytacazes e 7,4% de Niterói e o restante em percentuais menores, mas não menos expressivo e importante. Esses dados reafirmam o papel do município de Macaé na consolidação desse setor industrial. Sua proximidade com as plataformas marítimas foi decisiva na instalação das várias empresas que compõe esse complexo industrial.

A cidade de Macaé, localizada no interior do Rio de Janeiro, que desde 2011 passou a ser chamada de “Capital do Petróleo”, abriga toda logística que envolve a produção de petróleo. É nela que se encontra a base da Petrobrás e das diversas empresas ligadas à exploração, produção e refino de petróleo.

Em decorrência da acentuada terceirização, como veremos adiante, Macaé passa a concentrar um expressivo número de trabalhadores e trabalhadores, oriundos das diversas partes do Brasil e do mundo. Onde grande número passa a residir nas áreas mais periféricas buscando na redução do custo para o deslocamento e locação de imóveis superar o déficit salarial que os acometem.

Outro aspecto relevante refere ao número de trabalhadores circulantes, que não possuem residência na cidade, que perfazem cerca de 77,8% do total dos entrevistados. São trabalhadores e trabalhadoras que trafegam por essa área para embarque e desembarque nas unidades marítimas ou necessitam comparecer as sedes das empresas para solucionar algum problema de ordem burocrática. Esse número pode estar associado aos reflexos do período pandêmico que levou ao fechamento de várias empresas e, com isso, o desligamento de vários trabalhadores e trabalhadoras que acabaram retornando às suas terras natal. Como no momento há uma recuperação da economia para esse setor, essa circulação pode estar associada ao retorno desses homens e mulheres ao mercado de trabalho na Bacia de Campos.

Outro aspecto a considerar refere ao local de moradia onde a grande maioria dos residentes no município de Macaé residem em bairros considerados periféricos.

O olhar acerca do trabalho:

Ao ser questionado acerca de sua relação com o trabalho, quando nosso objetivo era detectar como esses indivíduos percebem o processo de terceirização constatou-se que 90% sentem-se valorizados. Associamos tal afirmação a atual conjuntura que tem favorecido o crescimento de vínculos empregatícios após período de elevada redução e desaparecimento de postos de trabalho¹¹. A satisfação por estar empregado foi ressaltada pelos (as) trabalhadores (as) fator que inibiu uma percepção mais crítica acerca das suas condições de trabalho e emprego. Como parte desse arcabouço a terceirização produz para o trabalhador (a) um constante temor pelo desemprego.

Esta situação tem sido observada por Thébaud-Mony e Druck (2007), que corroboram Béatrice Appay, segundo a qual a precarização é um processo que atinge o conjunto dos assalariados – não havendo emprego típico de um lado e atípico de outro; instáveis precarizados de um lado, estáveis de outro -uma vez que todos os trabalhadores estão ameaçados pelo desemprego ou pela precarização (do trabalho, dos contratos, da saúde), configurando-se uma “desestabilização dos estáveis”. Até os estáveis do funcionalismo público estão sujeitos a esta “dança das cadeiras”. (SIRELLI, 2015, p. 142)

Mostrou-se também a grande subdivisão nos ambientes de trabalho e o quanto as formas diferenciadas entre os trabalhadores (as) efetivos (as) e terceirizados (as) repercutem no cotidiano. Ao ser perguntado acerca da terceirização chama atenção respostas que reafirmam sentimento de competitividade aliada a rivalidade presentes nessa relação, como por exemplo:

¹¹ A região da Bacia de Campos foi impactada por 2 crises; uma de ordem econômica e política em 2014 e acentuada com o impeachment da presidenta Dilma em 2016 e a crise sanitária em decorrência da pandemia ocasionada pela coronavírus.

“somos auxílio para o trabalho acontecer”, “o trabalho só acontece porque estamos lá”, “para os caras da Petrobras mais regalias”, “trabalho igual com menos benefícios” essas expressões reafirmam as diferenças em relação aos direitos e a fragmentação dessa classe trabalhadora.

Em contrapartida, percebe-se também, certa naturalização desse processo associado a uma constatação de impossibilidade para modificá-lo, e há um olhar crítico, quando a terceirização é percebida, por esses trabalhadores (as), como parte de um sistema que eleva a margem de lucro obtidas pelas empresas associada ao rebaixamento dos salários dos terceirizados.

Em suma, deve-se frisar que no setor petrolífero a reestruturação produtiva também aparece como uma resposta à necessidade de maior produtividade e maior flexibilidade, perpetrando alterações substantivas na gestão do trabalho, seguindo a tendência predominante em outros contextos industriais. A maior focalização nas atividades ligadas ao “coração do negócio” da empresa e ações no âmbito da desregulação do trabalho visaram atender uma demanda crescente por maior lucratividade nesse setor. Dessa forma, ganhou enorme espaço a opção pela terceirização, tendo como uma das justificativas principais, por parte da empresa, a necessidade desta se deter às suas atividades-fim e repassar a terceiros aquilo que não está no seu escopo principal (as atividades meios). (FIGUEIREDO, 2012, p. 100).

Outro aspecto importante refere-se ao olhar acerca da Petrobras. Há um reconhecimento do seu protagonismo e sua importância para a geração de empregos, mas ressaltam dificuldades para fazer parte dos seus quadros, no entanto, esse pensamento nos chama atenção uma vez que esses mesmos trabalhadores já executam seus “trabalhos iguais com menos benefícios” como também afirmam.

Também destacado pelos trabalhadores entrevistados é que em alguns setores, mesmo sendo terceirizados há uma exigência do ensino superior completo. No entanto, diante do rebaixamento nos valores dos contratos, culmina com a perda na qualidade da execução do trabalho. Com isso, apontam para o resultado: “redução de salários, baixos resultados”, “isso traz inexperiência para uma área cuja experiência é o carro chefe e insegurança”.

Um aspecto apontado refere-se ao regime de trabalho, modelo que gera folgas e favorece uma rotina de maior tempo com a família. Cerca de 12% dos entrevistados mostraram-se satisfeitos com suas funções e com seu regime de trabalho. E, 14,81% relatam além da satisfação associada ao sentimento de sentir-se útil e apontam que o trabalho que realizam impactam em algo maior, se reconhecendo pertencente a uma área considerada estratégica e por isso sentem-se valorizados.

Esse sentimento de pertencimento encontra-se no bojo das estratégias adotadas pelo capital. Para Leite, em seu estudo sobre a identidade do trabalhador petroleiro aponta que “na medida em que as trajetórias de vida offshore são marcadas por índices alcançados e marcas superadas, vai se tecendo uma teia de sentidos que direcionam para a constituição de uma nova concepção de trabalhador offshore que se identifica como herói” (LEITE, 2009, p. 82).

Para 73,19% dos entrevistados indicam dificuldades com o regime de trabalho, apontam a logística de embarque como um fator de estresse e a impossibilidade de estabelecer rotina além do distanciamento com a família que isso provoca “a qualquer momento posso ser acionado pela empresa”.

Para Sirelli, “o crescimento das trajetórias laborais intermitentes tem implicações nas relações de sociabilidade, uma vez que os efeitos desta intermitência vão rebater na forma de organizar a vida privada” (2015, p.144).

Outro aspecto levantado refere a relação dos trabalhadores terceirizados com as suas chefias, chamados de lideranças. Há uma dificuldade na escuta e a pressão para cumprimento dos prazos. Essa postura corrobora com a geração de ambiente tenso, além de comprometer a eficiência do trabalho.

Sobre as condições de vida e moradia destacamos que 74,1% dos entrevistados (as) responderam que residem em imóvel próprio, mas respeitando a proporcionalidade dos salários os referidos trabalhadores (as) se fixam em residências em bairros mais periféricos com infraestrutura limitada e outros em bairros mais centrais ou naqueles considerados nobres.

Cerca de 85% dos entrevistados identificam que essas residências atendem às suas necessidades. Também, 67% utilizam-se de transporte público para se locomoverem. Cerca de 61% dos filhos e/ou dependentes desses (as) trabalhadores (as) frequentam a rede pública de ensino.

Aspectos negativos vivenciados pelos trabalhadores (as) em seus locais de moradia destaca-se o seguinte: questões referentes a infraestrutura que são, falta de água, alagamentos, ausência de limpeza e iluminação urbana e precariedade no transporte público. Referente à Segurança Pública apontam também, dificuldades em decorrência do tráfico de drogas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, sem ter a pretensão de esgotar o debate acerca da precarização presente nas relações de trabalho nosso estudo buscou evidenciar alguns aspectos desse contexto que culminam no desencadeamento de forte divisionismo, competitividade e até rivalidade entre trabalhadores (as) próprios e terceirizados da categoria petroleira.

Embora tais mazelas se mostrem incoerentes para o tipo de trabalho que se desenvolve, especialmente, porque trata-se aqui de atividade de processo contínuo que exige cooperação e integração para o seu sucesso (FIGUEIREDO, 2012). É evidente o distanciamento entre esses trabalhadores (as), as discrepantes condições salariais e de trabalho e a repercussão em seu cotidiano no acesso às políticas públicas.

Para darmos conta dessa abordagem fez-se necessário um mergulho na história, no processo de formação da indústria brasileira, seus períodos expansionistas e de recessão, o surgimento da indústria do petróleo e seus impactos na economia, na política.

O Estado brasileiro somente se firma no século XIX e consegue consolidar seus monopólios estatais no século XX. Mas, com uma marca acentuada do privado se sobrepondo ao público e, o que é pior, impedindo que houvesse uma construção de políticas públicas que atendesse a todos. Os recursos públicos sempre foram canalizados para a garantia de privilégios e manutenção do poder das elites.

Importante ressaltar que esse processo é parte constitutiva do modelo capitalista; essa estrutura de ordem econômica e de finalidade exclusivamente lucrativa que assegura e garante a propriedade privada dos meios de produção. Assegura também a acumulação, trabalho assalariado e um mercado de caráter competitivo.

A história da economia brasileira possui marcos que determinaram avanços importantes, mas, também, retrocessos que repercutem até a presente data. A passagem do modelo capitalista centrado na exportação de produtos primários para um modelo de economia industrial promoveu uma série de mudanças que marcaram nossa história tanto do ponto de vista econômico quanto político.

A mudança desse processo tem na Crise Mundial de 1929 sua origem. A economia no mundo ainda buscava superar os entraves provocados pela 1ª Guerra Mundial, os EUA viviam um processo de desenvolvimento industrial bastante acelerado e já se despontando enquanto potência econômica. No Brasil, a economia girava em torno da exportação do café, produto altamente rentável cujos maiores produtores e exportadores concentravam-se em São Paulo. O

impacto da crise acaba exigindo mudanças nesse modelo político econômico brasileiro. Era preciso que o país buscasse novos caminhos para fortalecer a economia, onde houvesse a possibilidade de sustentar seus pagamentos externos, importar o que era necessário sem depender do exterior.

“... nossa burguesia era eminentemente mercantil e raríssimas as lideranças industriais; uma classe política frágil e liberal e um Estado livre-cambista. Poucas vezes opinariam pela necessidade de mudança”. (CANO, 2017, p. 268).

Este momento é marcado pela reação dessas elites oligárquicas, especialmente de São Paulo, pela ascensão de Getúlio Vargas que culmina com a Revolução de 30, trazendo em seu bojo alterações importantes no processo de acumulação cujo enfoque estava na construção de um novo eixo produtivo, independente das exportações.

Várias ações vão reforçar o novo sentido ao papel do Estado, questão da soberania e políticas voltadas para interesses mais amplos passarão a dar o tom nesse processo. A criação de vários ministérios e organismos voltados ao atendimento de diferentes setores da sociedade irão corroborar para o fortalecimento das forças produtivas do país e marcarão de forma positiva estes tempos.

Importante registrar que esse período é pautado também por conflitos, especialmente porque Getúlio Vargas ao romper com tradicionais setores da elite, o faz de forma autoritária e o faz em nome não só da defesa de uma política industrial, mas, em nome de políticas que buscasse atender a população mais pobre. Esses fatores serão a base e causadores de grandes dificuldades que ele vivenciará.

Até meados dos anos 40 expressivos avanços vão acontecer, não só no campo social com a regulamentação de vários direitos trabalhistas com a criação da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas e o estabelecimento de um salário-mínimo, como também, o apoio dos EUA na importação de produtos, insumos, que ajudarão no processo industrial. Há forte expansão agropecuária que por conta do desenvolvimento urbano passa atender o mercado interno. Percebe-se uma grande necessidade de investimento em serviços de infraestrutura, mas também dificuldades do governo para atender essas demandas.

“A continuidade da expansão dependia de oportunidades limitadas de diversificação “fácil” que tendiam a se esgotar e da frágil capacidade de importar insumos e bens de capital propiciada pelas exportações tradicionais e, ocasionalmente, créditos comerciais externos”. (BASTOS, 2012, p.365)

Um conjunto de ações na área econômica são implementados, mecanismos cambiais, tributários e de créditos, para atrair investimentos. Neste sentido, se têm um aumento do controle do Estado sobre as atividades econômicas com repercussão nas rendas dos empresários mais ricos do país.

Getúlio Vargas é deposto, mas retorna ao poder nos anos 50 e consegue colocar em prática diversos projetos determinantes para o desenvolvimento do país. Consegue ao seu modo, mesmo com uma “industrialização restringida”, pois o dinamismo do setor econômico ainda se mostrava dependente da área de exportação, especialmente do café, promover uma série de avanços institucionais. Com o reajuste do salário mínimo em 100% reafirma o papel do Estado especialmente na área social. Com a criação do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico propondo financiamento de longo prazo e, com a criação de estatais relevantes como a Petrobrás, Vale do Rio Doce, CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, Eletrobrás (aprovada no governo João Goulart) teriam como meta não só preparar o Brasil à industrialização, como também, por meio delas se buscar a independência e soberania nacional.

As indisposições e fortes embates que ocorrem com as elites e levam Getúlio Vargas ao suicídio não interrompem seu projeto desenvolvimentista que de certa forma é absorvido pelo Juscelino Kubitschek com um diferencial, pois Getúlio Vargas priorizava as empresas nacionais e Juscelino as empresas transnacionais.

O capitalismo se expressa por meio de robustos parques e plantas industriais com produção em grande escala, avançada tecnologia e de financiamentos complexos. E, J K vai em busca desses vetores para se articular ao “novo” processo de desenvolvimento, oferecendo a força do Estado, como agente de regulação da economia, garantido limitações das importações e as estatais como fornecedoras dos insumos a preços baixos. O dinamismo econômico neste período está associado a um processo de urbanização e “industrialização pesada”. O Plano de Metas elaborado por Carlos Lessa, abria possibilidades financeiras às empresas privadas e estrangeiras não havendo conflitos com a política e estes setores mais dinâmicos da classe empresarial (Lessa, 1981).

O Brasil dá um salto em seu processo de transformação, especialmente na base produtiva. A criação de Brasília previsto no Plano de Metas visava a expansão do país e sua interiorização. No entanto, mesmo com todo êxito, questões advindas desse processo impunham novos desafios. O êxodo rural torna urgente uma Reforma Urbana, novos produtos que o país

passa a desenvolver precisa encontrar demanda, o setor habitacional deficitário são alguns exemplos da necessidade de intervenção do Estado.

Esse processo de desenvolvimento calcado na industrialização e considerado período mais exitoso, deixou um legado que exigia do Estado reformas estruturais. Reformas essas que foram buscadas sem êxito por João Goulart que sofre um Golpe Militar em 1964.

O período regido pelos militares vai trazer alguns avanços no campo da industrialização e das forças econômicas, mas há grande retrocesso nos aspectos sociais. Destacam-se reformas que modificam toda estrutura do Estado, como Reforma Tributária, permitindo maior arrecadação e, conseqüentemente, melhores condições para financiamento dos projetos de desenvolvimento. A criação de dois (2) instrumentos financeiros visando maior controle no processo inflacionário que dominava toda a vida econômica, que são a Correção Monetária e a ORTN – Obrigações do Tesouro Nacional. Além disso, as estatais e suas holdings passaram a favorecer e dar base à economia.

Mas as bases de sustentação desse regime estavam no apoio das classes dominantes, na elite brasileira inconformada com os avanços obtidos pela classe trabalhadora desde a era Vargas e mantido e ampliado em alguns aspectos, por Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Apesar da repressão, da ausência de liberdade do aniquilamento dos organismos de representação dos trabalhadores, o país vivencia importantes avanços e modernização na área industrial. Os recursos do recém-criado FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, oriundo da classe trabalhadora, serão utilizados pela classe média e pela elite para aquisição de bens duráveis dando fôlego à indústria automobilística e o setor imobiliário.

A crise do petróleo no mundo com a criação da OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo é outro marco na história mundial e exigirá também do Brasil um novo plano de desenvolvimento econômico diante do novo realinhamento político econômico que surge.

Por outro lado, também sabiam os comandantes daquele regime autoritário, que só se sustentariam no poder se conseguissem manter as taxas do PIB – Produto Interno Bruto em patamar elevado. Por esta razão, adotaram medidas que foram lesivas e determinantes para o processo de derrocada e retrocesso que se instala a partir de então.

Os países mais ricos, com excedente de reservas, estimulam empréstimos e o Brasil segue esse caminho, que também já vinha sendo adotado por várias nações da América Latina. Esse modelo mostrava-se altamente prejudicial para o Brasil, especialmente por conta das elevadas taxas de juros. E, a opção de envolver as estatais brasileiras no compromisso para

pagamento dessa dívida fará o Brasil mais vulnerável, perderá sua potência, ser consumido pela inflação e à mercê de uma ciranda financeira que permitirá que as elites continuem a ganhar em detrimento das perdas que serão impostas aos trabalhadores.

O neoliberalismo, a nova ordem do capitalismo, que se caracteriza principalmente pelo fato dos ganhos não passarem pelo processo produtivo, mas pelo mercado financeiro será quem irar ditar e orientar as políticas de ordem econômica. Os rentistas formarão a nova casta, nova classe dirigente, impondo regras e retirando do Estado instrumentos que possam vir a favorecer o desenvolvimento econômico. Esse formato será determinante para as dificuldades dos governos seguintes, inclusive os mais progressistas, no caso, os governos do Partido dos Trabalhadores.

Mesmo com avanços expressivos na área social, os governos do PT, inicialmente com o Lula que apontavam a perspectiva de desenvolvimento a partir do Estado, não conseguiram se desvencilhar do “tripé macroeconômico” – câmbio flutuante, regime de metas para a inflação e regime de equilíbrio fiscal – que engessaram e impediam adoção de ações mais contundentes para o desenvolvimento do país.

“...Sob o aspecto estrutural, a tentativa de promover investimentos privados através de um conjunto de medidas macroeconômicas que incentivavam a expansão da oferta, esbarrou em uma estrutura produtiva altamente dependente, com elevado volume de importações e um peso crescente dos ganhos de ordem financeira”. (Mello & Rossi, 2017)

Mostra-se totalmente contraditório, com esse modelo econômico imposto pela elite rentista, com um regramento tão restritivo que inibe a ação do Estado se conciliar com metas de crescimento e melhor distribuição de renda.

A indústria do petróleo tornou-se um dos maiores segmentos industriais do mundo fazendo do Brasil, nesse contexto, espaço estratégico e determinante para disputas, conflitos que culminaram em crises políticas em vários momentos da história.

A precarização do trabalho é parte nociva nesse cenário, provocada pelo viés ideológico e político econômico favorece maior domínio sobre os trabalhadores, dificultando assim, aos trabalhadores (as) maior inserção nos coletivos de representação.

Compreender o sentido da precarização suscitou a busca por referências teóricas que nos levou para uma discussão acerca do modelo capitalista, as dimensões nas quais se materializam onde a precarização do trabalho é uma de suas expressões.

Como foi possível apontar, faz parte do ideário capitalista produzir e obter elevada margem de lucro às custas da submissão da classe trabalhadora. A forma como interfere nos

meios de produção, propiciando que contratações sejam baseadas em vínculos instáveis, direitos dos (as) trabalhadores (as) flexibilizados culminam por impor relações de trabalho fragilizadas, divisionismo entre categorias de trabalhadores, competitividade e distanciamento das instâncias de representação sindical.

A terceirização é consequência da precarização do trabalho e das relações de trabalho e tem se mostrado um dos modelos mais eficientes do capitalismo (SIRELLI, 2015).

As diversas etapas do capitalismo no mundo impuseram mudanças importantes que afetaram e interferiram no processo de industrialização brasileira e com repercussão na indústria do petróleo que, especialmente, a partir dos anos de 1970 passa ocupar lugar de destaque no cenário político e nas diretrizes do Estado.

A Petrobras tornou-se uma das maiores empresas do mundo e a mais importante do Brasil. Com maior visibilidade e detentora de diversos feitos, desenvolveu tecnologias de ponta que permitiram grandes descobertas de jazidas de petróleo, a partir dos anos 2000 e, também, por aglutinar ao seu redor um complexo industrial determinante para a economia. Esse sistema, tanto do ponto de vista histórico como em sua estrutura é composto por diversas empresas que se completam, que atuam desde a pesquisa e exploração do petróleo até a distribuição de seus derivados.

As características dessa atividade de exploração de petróleo em águas profundas impõem especificidades no ambiente de trabalho e na qualificação profissional. Além de uma rotina diferenciada, o trabalho dos petroleiros (as) se dá, também, em plataformas marítimas, localizadas em alto mar onde atuam em regime offshore e nas bases de terra sob um regime on shore, nos centros administrativos ou terminais de refino.

Esse complexo industrial atrai trabalhadores (as) de diversas áreas que se estabelecem com vínculos variados de contrato de trabalho. Formam dois grupos que expressam a precarização imposta por esse modelo regido pelo capital. São os trabalhadores (as) efetivos, ou seja, àqueles (as) que pertencem ao quadro da Petrobras e os terceirizados que são aqueles (as) pertencentes ao quadro funcional das empresas prestadoras de serviços do setor petróleo privado.

Esse contexto proporciona impactos na vida cotidiana desses trabalhadores (as) sem distinção. São ambientes de trabalho repletos de tensão, ansiedade, insegurança, rebaixamento salarial, precariedade nas instalações e na segurança. No entanto, tais impactos atingem de forma diferenciada aos trabalhadores (as) do setor petróleo privado. A esses (as) o sentido de vulnerabilidade mostra-se mais latente.

Da mesma forma, as condições de moradia, de acesso a determinados bens de consumo, de melhor qualificação profissional refletem nessa relação. Aos trabalhadores (as) mais precarizados (as) maior distanciamento ao acesso às melhores condições de vida.

Dentre as mazelas impostas por esse sistema encontra-se o distanciamento da classe trabalhadora das representações sindicais. A pulverização da categoria, facilitada pela legislação e a presença de inúmeros sindicatos favorece e acentua o divisionismo, a competição e rivalidade entre trabalhadores (as).

Embora o período pandêmico e a crise política tenham abalado de forma acentuada esse complexo industrial, ressaltamos o papel e a importância desse setor que não perdeu seu protagonismo.

Diante das reflexões aqui presentes entendemos que a precarização é fruto de decisões políticas, de uma visão de mundo pautada no aumento do lucro, na opressão sobre os (as) trabalhadores (as). São as mazelas advindas do capitalismo que ao adotar a terceirização enquanto instrumento para contratação de serviços autoriza a flexibilização dos direitos dos trabalhadores (as) impedindo assim, o acesso desses contratados a melhores condições de vida e estimulando o espírito competitivo e divisionista presente nessas relações. Esse fato se mostra mais danoso por impedir uma relação mais humanizada entre os petroleiros (as).

REFERÊNCIAS

- ALMANAQUE MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA PETROBRAS.** Organizado pelo Museu da Pessoa. – Rio de Janeiro: PETROBRÁS; São Paulo: Museu da Pessoa, 2003
- ALENCASTRO, L. Felipe. **O Fardo dos Bacharéis.** São Paulo: Novos Estudos, CEBRAP N°19, dezembro 1987, PP-68-72.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a formação e a negação do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 6ª ed. 2002.
- _____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.
- _____. **O Privilégio da Servidão – o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho – Ensaio de Sociologia do Trabalho.** Bauru, SP: Canal 6 Editora, 2013.
- AURELIANO, Liana. **No limiar da industrialização.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, IE, 1999. (Coleção Teses).
- BASTOS, Pedro P. Z. (2012) **Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas.** In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (org.) *A Era Vargas.* São Paulo: Editora da Unesp. 2012.
- BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana M.M. **Questões sociais e direitos.** IN: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais,** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760 p. v.1.
- BIAVASCHI, Magda B.; TEIXEIRA, Marilane, O. PL da terceirização: suprimindo direitos e ampliando iniquidades. <https://brasildebate.com.br/pl-da-terceirizacao-suprimindo-direitos-ampliando-iniquidades/>
- BICUDO. Valéria Rosa. **Terceirização na Petrobrás: implicações sociais, gerenciais e políticas.** Encontro Anual da ANPAD, v. 27, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997.** Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/19478.htm>
- BRASIL. Portaria SEPRT/ME nº 4.334, de 15 de abril 2021 (DOU 19/04/2021)
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-seprt/me-n-4.334-de-15-de-abril-de-2021314637705>
- BURAWOY, M. **Marxismo sociológico – quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica.** São Paulo: Alameda, 2014, p. 41-96.
- CANO, Wilson. **Brasil - construção e desconstrução do desenvolvimento.** <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1>

CARVALHO, L. J. **Formação e Trabalho na Capital Nacional do Petróleo**. 2016. 185 p. (Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) Programa de Pós-Graduação Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – Cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DALLA COSTA, L. A. **A indústria do petróleo: disputa por territórios cada vez mais profundo**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), 2016.

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144290/dallacosta_la_me_ippri_sub.pdf?sequenc e=7&isAllowed=y

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metamorfoses – um estudo sobre a constituição e as alternativas da industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DRUCK, M. G. **Terceirização: (des) fordizando a fábrica – Um estudo do complexo petroquímico**. Bahia: EDUFBA. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. **O necessário debate sobre os preços dos combustíveis no Brasil**. Nota Técnica nº 251, 05/03/2021. Disponível em www.dieese.org.br

_____. **A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho. Boletim Especial 20 de Novembro Dia da Consciência Negra**.

<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimpopulaçãonegra2022.html> Acesso em 14/01/2022.

ENIT. NR – 37 – Segurança e saúde em plataformas de petróleo. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretariade-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr37.pdf/view>. Acesso em: 12 fev. 2023.

FIGUEIREDO, Marcelo. **A face Oculta do Ouro Negro – trabalho, saúde e segurança na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos**. Niterói: EDUFF, 2012.

_____, Marcelo, ATHAYDE, Milton; BRITO, Jussara; ALVAREZ, Denise. (Org.) **Labirintos do Trabalho – interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FERREIRA, L.L; IGUTI, A.M. **O Trabalho dos Petroleiros – Perigoso, complexo, contínuo e coletivo**. São Paulo: Scritta, 1996 – (Pensieri)

FIORI, J L Costa. **Petróleo: uma decisão urgente**. IN LEÃO, R. NOZAKI, W. (org) **Geopolítica, Estratégia e Petróleo: transformações internacionais e nacionais**. Rio de Janeiro: INEEP; FLACSO, 2019.

FRASER, NANCY. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. Londrina: Mediações, v. 14, Nº 2, jul. /dez, 2009, p.11-33.

FURNO, Juliane C. **Limites e Possibilidades do Desenvolvimento Econômico na Periferia Capitalista: A política de conteúdo local no setor de Petróleo e Gás.** Dissertação de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto Estadual de Campinas. UNICAMP, SP, 2020.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 2ª ed. 1962.

GIMENEZ, D M; SABBATINI. **Industrialização nacional e o protagonismo do Estado em dois tempos.** Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 373, fev.2020.

GUIDA, Hilka F S; FIGUEIREDO, Marcelo G; HENNINGTON, Élide A. **Acidentes de trabalho fatais em empresa brasileira de petróleo e gás: análise da política de saúde e segurança dos trabalhadores.** Ciência & Saúde Coletiva (25) Scielo, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.34942019>

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, H; KERGOAT, D. **A Classe Operária Tem Dois Sexos.** Estudos Feministas, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade de Santa Catarina, vol.2, Nº3, 1994 – pp. 93100. <https://www.jstor.org/stable/i40160645>

LEITE, Rose Mery S C. **Bandeirantes do Mar: a identidade dos trabalhadores das plataformas de petróleo.** Niterói: Intertexto, 2009.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982 (27-91).

LLORY, Michel. **Acidentes industriais – o custo do silêncio.** Rio de Janeiro: MultiMais Editorial, 1999.

MARANHÃO, R. **Contratos de Risco.** São Paulo, 18/04/1995. Folha de São Paulo. Mercado

MATA, Iacy M; ROSA, Marcus V F. **Emancipação, significados da cor e hierarquias raciais: Santiago de Cuba e o Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX).** IN FREIRE, J; CARULA, C. **Raça, Gênero e Classe – trabalhadores (as) livres e escravizados (as) no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2020.

MELLO, João M C. Ensaio de Opinião. **O Estado brasileiro e os limites da estatização.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 14-16, 1977.

MINAYO, Maria C S; MINAYO-GÓMEZ, Carlos. **Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde.** IN Goldenberg, P; MARSIGLIA, R M G; GOMES, M H A. (orgs) **O clássico e o novo – tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde.** Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2003, p. 167-188.

NASSIF, André. **As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira.** Revista de Economia Política, vol. 35, no 3 (140), pp. 426-443. São Paulo: julho- setembro/2015. (disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a03>).

NOZAKI, W V. **A nova geopolítica do petróleo no século XX.** IN LEÃO, R. NOZAKI, W. (orgs) **Geopolítica, Estratégia e Petróleo: transformações internacionais e nacionais.** Rio de Janeiro: INEEP; FLACSO, 2019.

OLIVEIRA, Fabrício A. **Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010.** Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012, pp. 25-62.

OLIVEIRA, Élide F; SILVA, Jair B. **Trabalho, Gênero e Racismo no Brasil**. IN FREIRE, J; CARULA, C. **Raça, Gênero e Classe – trabalhadores (as) livres e escravizados (as) no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2020. p.203-233.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - Informe final: **reunião tripartite sobre segurança do trabalho em instalações petrolíferas offshore e assuntos conexos**. Genebra, 1993.

POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização a herança renunciada**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

_____. **O Sindicato tem futuro?** São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

ROCHA, M^a G A C. **Aspectos da precarização do trabalho e das relações de trabalho e seus impactos na saúde dos trabalhadores da indústria do petróleo da Bacia de Campos: recorte de uma experiência profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

ROSA, Maria I. **Trabalho, Subjetividade e Poder**. São Paulo: EDUSP - Letras & Letras, 1994.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. **Do industrialismo à austeridade: a política dos governos Dilma**. Texto para Discussão, no 309, IE/Unicamp. Campinas, SP: Unicamp. 2017. (disponível em: <https://goo.gl/rgJdBp>)

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental – o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Ociana D; RAICHELIS, R. **Assédio Moral no trabalho de assistentes sociais: estratégias de gestão em tempo de crise do capital**. In LOURENÇO, E. A. S. (Org). **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social – estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo**. Campinas: Papel Social, 2016.

SILVA, R C R S; BRITTO, J. **O Aglomerado de Empresas Atuantes no Segmento OffShore de Macaé: impactos da política de subcontratação da Petrobras na bacia de Campos**. Rio de Janeiro (RJ): Revista Brasileira de Inovação, 8 (I), p.121 – 166, janeiro/julho, 2009.

SILVA, M. G; ARAÚJO, D. S; Pereira, W. E. N. **As classes sociais em Marx: retrospectiva e atualidade**. CADERNOS CEPEC, Volume 10, N° 01, junho 2021. ISSN 2238-118X

SIRELLI, P. M. **O preço do óleo: terceirização, precarização e vivência do tempo no trabalho offshore**. Dissertação de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ, RJ, 2015.

SOUZA-LOBO, E. **A Classe Operária Tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2^aed, 2011.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3^a ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE. 1998 (30 Anos de Economia – UNICAMP, 6).

_____. **Restaurar o Estado é preciso**. Revista Insight/Inteligência, 2017. (disponível em: <https://goo.gl/kRiHGn>).

TEIXEIRA, M. O.: KREIN, J. D. **A terceirização e o trabalho precário na indústria: percepção de mulheres e homens terceirizados**. In.: Teixeira, M.O.: Andrade, H. R.: Coelho, E. D (Org.), **Precarização e Terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos, 2016.

YIN, Robert, K. **Estudo de Caso: Planejamento e Método**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Título: Aspectos da precarização das relações de trabalho na indústria do petróleo da Bacia de Campos; um olhar sobre os trabalhadores efetivos e terceirizados.

Responsável: Maria das Graças Alcantara da Costa Rocha

Número do CAAE: 18/2022

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Maria das Graças Alcantara da Costa Rocha, Assistente Social do Sindipetro-NF situado na Av. Tenente Rui Lopes Ribeiro, 275, telefone 22- 981231869.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no.

1071, sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995;

email: maestria.estado@flacso.org.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar você -

Aceita participar da pesquisa?

SIM () NÃO ()

Regime: On-shore / Off/shore

IDENTIFICAÇÃO:

- **Idade:** até 20 anos / 21 a 25 anos / 26 a 30 anos / 31 a 35 anos / 36 a 40 anos / 41 a 50 anos / 51 a 55 anos / 56 a 60 anos / 60+

- **Raça ou etnia:** Branco / Pardo / Negro / Indígena / Amarelo

- **Gênero:** Feminino / Masculino

- **Estado civil:** Solteiro / União estável / Casado / Separado / Divorciado / Viúvo

- **Cidade:** Macaé / Rio das Ostras / Campos / Rio de Janeiro

- **Bairro**

- **Grau de escolaridade:** Ensino Fundamental incompleto / Ensino Fundamental completo / Ensino Médio incompleto / Ensino Médio completo / Ensino Superior incompleto / Ensino Superior completo / Pós-graduação cursando / Pós-Graduado

- **Número de filhos:** 0 / 1 / 2 / 3 / 4 / 5 ou mais

TRABALHO:

- **Nome da empresa:** Petrobras / Outros - **Função:**

- **Quantos anos de empresa:**

- **Emprego próprio ou terceirizado:** Próprio / Terceirizado

- **Sindicalizado:** Sim / Não

- **Sua categoria possui um acordo coletivo de trabalho?** Sim / Não / Talvez

- **Você conhece as cláusulas do ACT?** Sim / Não / Talvez

- **Possui Plano de Assistência Médico** Sim / Não / Talvez

- **Possui Auxílio Educacional:** Sim / Não / Talvez

- **Que outros benefícios sua empresa lhe assegura?** Não sei

TERCEIRIZAÇÃO / PRECARIZAÇÃO:

- **Você se sente valorizado no trabalho?** Sim / Não / Talvez

- **Considera seu salário compatível, justo?** Sim / Não / Talvez - **Recebe os recursos necessários para exercer suas funções?** Sim / Não - **Como vê o processo de terceirização do trabalho?**

- O que gosta em seu trabalho?

- O que mais te incomoda em seu trabalho?

CONDIÇÕES DE VIDA:

- **O imóvel onde reside é:** Próprio / Alugado / Cedido / Próprio/Financiado / Outros

- **Sua casa atende as suas necessidades?** Sim / Não / Parcialmente

- **Utiliza transporte:** Público / Particular / Reveza

- **Você e/ou seus filhos frequentam escola:** Pública / Particular

**- Qual ou quais as maiores dificuldades que enfrenta em seu ambiente de moradia?
(Bairro onde reside):**